

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
PROFIAP



Dissertação

ADRIANA DOS SANTOS RODRIGUES

O EFEITO DA ADOÇÃO
DO *ACCOUNTABILITY* NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS:
Um experimento no Brasil

Pelotas
2022

ADRIANA DOS SANTOS RODRIGUES

**O EFEITO DA ADOÇÃO
DO ACCOUNTABILITY NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS:
Um experimento no Brasil**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Administração, da área de Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo

Pelotas

2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R696e Rodrigues, Adriana dos Santos

O efeito da adoção do accountability no contexto das organizações sem fins lucrativos : um experimento no Brasil / Adriana dos Santos Rodrigues ; Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo, orientador. — Pelotas, 2022.

82 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Centro de Ciências Socio-Organizacionais, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Terceiro setor. 2. Prestação de contas. 3. Responsabilidade voluntária. 4. Experimento. I. Tondolo, Vilmar Antonio Gonçalves, orient. II. Título.

CDD : 658.048

ADRIANA DOS SANTOS RODRIGUES

**O EFEITO DA ADOÇÃO
DO ACCOUNTABILITY NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS:
Um experimento no Brasil**

Dissertação de Mestrado submetido ao Programa do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Administração, da área de Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo

Aprovado em 27 de abril de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo

Orientador

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Guilherme Lerch Lunardi

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Dr. Flávio Régio Brambilla

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Agradecimentos

À minha mãe, que nunca me deixou desistir e sempre apoiou meus sonhos, acreditando sempre na minha capacidade e potencial.

À minha companheira que sempre entendeu os meus motivos ao recusar convites e não estar presente nos momentos de lazer.

Às minhas filhas, motivo maior do meu esforço, que entenderam minha ausência e falta de tempo para elas.

Ao meu orientador, Prof. Vilmar Tondolo, que foi extremamente paciente competente e atencioso durante as orientações.

À Universidade Federal de Pelotas, por proporcionar essa oportunidade de me qualificar de forma gratuita e com qualidade.

Aos colegas de turma por toda a amizade, apoio, incentivo e companheirismo nessa trajetória.

Aos professores do PROFIAP-UFPEL, qualificados, competentes e pacientes com todos.

E a Deus, por ter me concedido o privilégio de ter saúde para realizar este grande desafio.

Obrigada.

RESUMO

Com o objetivo de verificar o efeito da adoção do *accountability* na percepção de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação nas organizações sem fins lucrativos, foi realizado um experimento que validasse uma vinheta de níveis de adoção do *accountability* no Brasil e que também validasse as escalas de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação. O experimento foi realizado com possíveis doadores dessas organizações, que vêm crescendo cada vez mais no Brasil e no mundo, já que, por conta do momento atual, os governos não conseguem suprir todas as necessidades da sociedade. Essas organizações atuam para o bem-estar das comunidades, fornecendo serviços e bens nas mais diversas áreas, como saúde, cidadania, assistência social, defesa de direitos e educação. Nesse estudo foi utilizada a pesquisa quantitativa causal de natureza aplicada, que apresenta apenas uma variável manipulada, a adoção do *accountability*. Essa variável foi manipulada em 4 níveis distintos de adoção do *accountability*, “Com certificação externa”, “Responsabilização interna”, “Responsabilidade mínima legal” e “Sem padrão de certificação”. Com as seguintes variáveis dependentes: confiança, reputação, qualidade e intenção de doação. Para todos os níveis de *accountability*, foram feitas as análises das variáveis dependentes. Essas análises mostraram, pelas respostas dos indivíduos, que o *accountability* influencia na confiança pública, na reputação, na qualidade percebida, na intenção de doação, mas não, na doação do *Voucher*, que diminuiu de valor enquanto diminuía o nível do *accountability*, mas essa redução, não foi significativa estatisticamente.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Transparência. Prestação de Contas. Responsabilidade Voluntária. Experimento.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	09
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Objetivo geral	10
1.2.2	Objetivos específicos	10
1.3	JUSTIFICATIVA	11
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR OU SEM FINS LUCRATIVOS	13
2.2	IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA	16
2.3	RESPONSABILIDADE VOLUNTÁRIA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR	20
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	24
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	25
3.3	COLETA DE DADOS	25
3.3.1	PROCEDIMENTO DO EXPERIMENTO	26
3.3.2	VERIFICAÇÕES DO EXPERIMENTO	26
4	ANÁLISE DOS DADOS	30
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
6	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
	ANEXO	50
	APÊNDICE	56
	PPT	74

1 INTRODUÇÃO

Segundo Araújo (2005), compõem o Terceiro Setor, organizações sem fins lucrativos e não estatais que atuam, coletiva e formalmente para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade, através do fornecimento de serviços e bens, que deveriam ser prestados pelo Estado. No Brasil, essas entidades possuem diversas terminologias, entre elas, Terceiro Setor, Entidades sem Fins Lucrativos, Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, Entidades Beneficentes e Organizações Filantrópicas (OLAK e NASCIMENTO, 2006).

As entidades sem fins lucrativos podem atuar nos mais diversos setores da sociedade, como os beneficentes, filantrópicos, culturais, educacionais, científicos, etc. (ALMEIDA e FERREIRA, 2007). Almeida *et al.* (2011) explicam que, devido à importância e o crescimento desse setor para a sociedade, o Estado concede alguns registros e títulos, atendido os requisitos legais, que lhe proporcionam benefícios, como a imunidade, a isenção de tributos e a possibilidade do recebimento de recursos públicos, por meio de convênios, contratos, subvenções sociais, auxílios, doações e termos de parceria.

Assim sendo, tem-se como exemplo de títulos e registros:

- **Organização Social** – Lei nº 9.637/98. Esse título permite que a organização receba recursos orçamentários e administre serviços, instalações e equipamentos do Poder Público, após ser firmado um Contrato de Gestão com o Governo Federal;
- **Organização Civil de Interesse Público** – Lei nº 9.790/99 – decreto nº 3.100/99. Título considerado como o novo marco legal do Terceiro Setor, onde tanto as fundações como as associações podem ser qualificadas como OSCIPs, desde que obedecidos alguns requisitos. As entidades qualificadas como OSCIPs contratam com o Estado através do termo de **Parceira**;
- **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS ou CEAS)** – Lei nº 8.742/93, decreto nº 2.536/98. A obtenção desse certificado, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), confere à entidade habilitação para executar os programas de assistências do Governo Federal;
- **Título de Utilidade Pública Federal**, pode ser concedido às associações ou fundações e foi instituído pela Lei 91/35 (regulamentada pelo Decreto-Lei

50.617/61) e dispõe, em seu art. 3º, que nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e a da menção do título concedido.

Os estados e municípios também fornecem títulos de utilidade pública estadual e municipal às entidades que preenchem os requisitos necessários para a obtenção do título. Com a obtenção dessas qualificações, as entidades têm o compromisso de atender aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

O princípio da publicidade relaciona-se à transparência de seus atos e prestação de contas. É de se esperar, portanto, que as Empresas Sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham tais qualificações facilitem o acesso de suas prestações de contas à comunidade em geral (ALMEIDA *et al.*, 2011).

As organizações sem fins lucrativos desempenham um papel relevante na sociedade brasileira. Eles realizam diversos tipos de atividades, contribuindo para o produto interno bruto, bem como fomentando e dando acesso a diversos tipos de serviços à população brasileira. Dados recentes indicam a existência de 400 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil (IPEA, 2015). Por realizarem uma função de interesse público, espera-se que as organizações do Terceiro Setor apresentem, de modo transparente, sua pasta de projetos, seus resultados e recursos alcançados (OLAK e NASCIMENTO, 2010).

Para França (2007), a transparência no Terceiro Setor parte da ideia que os recursos colocados à disposição dos gestores sejam informados de forma ordenada, transparente e com livre acesso por parte de seus patrocinadores. A ação da transparência dentro da organização se utiliza de um instrumento muito importante que é a *accountability*. Sua análise no nível do terceiro setor é atual, entretanto devido à expansão desse setor, a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, devido à grande concorrência por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações terão maior possibilidade de obtenção dessas receitas (MILANI FILHO, 2004).

Sacramento (2009) esclarece que na pesquisa, em dicionários, a tradução para o português do vocábulo *accountability* pode-se considerar que o conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser efetuadas.

Buchheit e Parsons (2006) revelam que nesta circunstância e em relação à necessidade de arrecadar recursos, a melhoria da responsabilidade das instituições sem fins lucrativos atraiu muita atenção mundial.

Tirando, como exemplo, estudos como Gugerty (2009), Parsons (2007) e Saxton, Kuo e Ho (2012), especialmente, a responsabilidade voluntária sem fins lucrativos está aflorando (abrangendo informações financeiras, compatibilidade com códigos de conduta e licença), com o objetivo de remeter indícios de qualidade e confiabilidade para um público cada vez mais incrédulo.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O surgimento do Terceiro Setor, a partir da própria sociedade civil, foi na tentativa de corrigir deficiências, em decorrência da incapacidade por parte do Estado em atender às necessidades sociais da sociedade (BETELLA *et al*, 2019). Ainda segundo esses autores, a transparência e a prestação de contas para as organizações do Terceiro Setor está se intensificando atualmente, a partir da preocupação dos cidadãos e usuários de serviços públicos. Ante o exposto, faz-se indispensável que as organizações prestem conta de suas atividades, buscando a transparência em seus processos. A mesma está ligada a três conceitos contábeis, os quais são: *Disclosure*, que é a evidenciação e/ou divulgação de informações; *Compliance*, que se refere aos aspectos legais da organização e *Accountability*, que se refere à prestação de contas da devida organização.

Falconer (1999, p. 19) declara que a “*accountability* exprime mais do que a exposição de um relatório anual com dados de projetos e informações contábeis, mas também representa um comportamento de responsabilidade que se pratica no cotidiano da gestão, diante públicos internos e externos”. Segundo Milani Filho (2004), a *accountability* tem sido amplamente estudada no âmbito da gestão pública, evidenciando a responsabilização dos governantes e administradores no trato da coisa pública, ou na iniciativa privada, enfatizando a responsabilidade social. Seu estudo no nível do terceiro setor é fato recente, porém devido ao grande crescimento desse setor a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, uma vez que estão incorporadas num ambiente com muita concorrência por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão mais chance de conquista dessas receitas.

Segundo Cruz (2002, p. 1): “[...] o doador raciocina da seguinte forma: se não sabe de que maneira seus recursos foram aplicados, se não se sente capaz de vislumbrar resultados, não tem estímulo para doar mais”. Por isso, é importante que tais entidades demonstrem as aplicações de recursos para aqueles que financiam suas atividades, sejam órgãos governamentais ou a sociedade em geral, e que estão exercendo sua função.

Assim sendo, é fundamental que essas entidades cuidem para garantir a transparência nas suas funções e nas suas prestações de contas, a fim de manter a idoneidade dos acordos e contratos, das normas constantes no estatuto e das exigências provenientes das instâncias dos governos, como também, o cumprimento de exigências dos diversos organismos oficiais concedentes de titularidades e certificados que lhes assegurem benefícios, recursos públicos, imunidade ou isenção de impostos (SANTOS e SILVA, 2008). Desta forma, o problema de pesquisa que norteia essa pesquisa é: Qual o efeito da adoção de *accountability* na percepção de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação de potenciais doadores no Brasil?

1.2 OBJETIVOS

Com base na definição do problema, os objetivos descritos a seguir buscam responder à questão de pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o efeito da adoção de *accountability* na percepção de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação com potenciais doadores no Brasil

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Validar a vinheta de níveis de adoção de *accountability* no Brasil;
- b) Validar as escalas de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação no Brasil;
- c) Verificar o efeito da adoção de *accountability* nas percepções de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação nas organizações sem fins lucrativos;

- d) Propor um guia ilustrativo, no formato de website, do efeito da adoção de *accountability* voltado para as organizações sem fins lucrativos brasileiras e para os potenciais doadores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo Costa *et al.* (2011), o terceiro setor está ganhando maior relevância. Dessa forma, cresce a necessidade por transparência e responsabilidade, exigência interna e externa às entidades, que serve para os interessados avaliarem as atividades dessas organizações. Uma vez que as contribuições, doações e subvenções são as principais fontes de receita das entidades sem fins lucrativos, e estas, provêm de forma externa, à necessidade de prestar contas dessas receitas, torna-se um elemento indispensável para a sobrevivência das mesmas (OLAK e NASCIMENTO, 2010).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2004), a evolução do Terceiro Setor no Brasil foi marcada a partir da década de 1990, segundo o mesmo, a partir de 1992, por ocasião do Fórum Internacional para discussão do Meio Ambiente realizado no Rio de Janeiro – ECO 92. O termo Organizações Não Governamentais (ONG) foi difundido no Brasil de forma muito positiva. Essa evolução foi evidenciada pela forte relação entre a atuação das organizações da sociedade civil e do Estado.

Essas entidades multiplicam-se a cada dia e, como resultado, aumenta também, a concorrência entre elas para a captação de recursos públicos e privados. Assim, é necessário o uso de processos transparentes nas relações dessas organizações do terceiro setor com a sociedade em geral, permanecendo evidente a responsabilidade ou *accountability*. Além da prestação de contas legal prevista nos contratos e convênios firmados por estas organizações com o setor público ou com o mercado, há também o estabelecimento de relações espontâneas e transparentes, fruto da postura ética e moral dos gestores destas organizações (CARNEIRO *et al.*, 2010)

O interesse, na elaboração desse experimento, teve como ponto de partida o estudo de Annika Becker, “An Experimental Study of Voluntary Nonprofit Accountability and Effects on Public Trust, Reputation, Perceived Quality, and Donation Behavior”. Annika Becker, em seu estudo, com base na combinação de três diferentes correntes de pesquisa, apresentou uma estrutura conceitual que distingue quatro formas de responsabilidade (voluntária) sem fins lucrativos dentro do contexto teórico da teoria do agente principal. Em um experimento online

com 407 participantes, a autora demonstra que a responsabilidade voluntária certificada externamente demonstra maior reputação e qualidade percebida entre as organizações sem fins lucrativos, mas não em relação ao comportamento de doação (em relação às outras condições de responsabilidade).

Nesse sentido, busca-se replicar e adaptar o mesmo estudo no Brasil, com o objetivo de validar um instrumento para verificar o efeito da adoção de *accountability* na percepção de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está disposta e estruturada em seis capítulos. O primeiro introduz o trabalho, apresentando a contextualização e a delimitação do tema que resulta em uma questão de pesquisa a ser respondida pelo cumprimento do objetivo geral e objetivos específicos. Ainda no mesmo capítulo, apresenta-se a justificativa, bem como o detalhamento da sua estrutura.

Já no capítulo dois, é apresentado o referencial teórico abordando os temas: Organizações sem fim lucrativo ou terceiro setor, *Accountability* e Responsabilidade Voluntária nas Instituições sem fins lucrativos. O capítulo três contempla a metodologia a ser utilizada para a realização deste estudo, incluindo a classificação da pesquisa, população e amostra. No capítulo quatro são apresentadas as análises dos dados da pesquisa, enquanto no quinto destaca-se a discussão dos resultados e no sexto as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresentado neste capítulo visa a apresentação da base conceitual que fundamenta esta dissertação. Os pilares teóricos da pesquisa foram selecionados a partir de leituras sobre os temas Organizações sem fim lucrativo ou terceiro setor, Instrumentos de transparência (*Accountability*) e Responsabilidade Voluntária nas Instituições sem fins lucrativos.

2.1 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR OU SEM FINS LUCRATIVOS

As organizações possuem três categorias: o primeiro, o segundo e o terceiro setor. O primeiro setor é composto pelas organizações governamentais; o segundo setor é composto pelas empresas privadas ou particulares; e, as organizações do terceiro setor são formadas pelas entidades sem fins lucrativos, tais como associações, ONGs e fundações (DALL'AGNOL *et al.*, 2017).

O terceiro setor manifestou-se da necessidade de preencher demandas sociais que não eram atendidas pelos governos (primeiro setor) devido a crises que diminuía o poder do Estado (SALAMON, 1998). Diversamente do setor privado tradicional, seu objetivo não é auferir o lucro, mas sim desenvolver atividades relacionadas às causas sociais nas mais diversas áreas, como saúde, cidadania, assistência social, defesa de direitos e educação (SALAMON e SOKOLOWSKI, 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004, p.9) caracteriza como grupos, movimentos ou entidades sem fins lucrativos as organizações do terceiro setor, e ressalta sua importância “para a efetivação da democracia, promoção do desenvolvimento e da cidadania”. A formação do terceiro setor está retratada na figura das pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada, conforme disposto no artigo 44 do Código Civil (BRASIL, 2002; 2003; 2011).

Usar a expressão “sem fins lucrativos” para as instituições do terceiro setor é desfavorável e mostra apenas aquilo que essas organizações não são. Apesar disso, essa classificação inclui todas as organizações deste setor, quaisquer que sejam seus interesses. Essas instituições são agentes de mudança humana, seu fruto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio (DRUCKER, 2002, p. XIV).

Salamon & Anheier (1992) definem as instituições sem fins lucrativos como o grupo de organizações em uma sociedade que compartilham cinco atributos básicos: primeiro, eles são organizados; segundo, são privados; terceiro, são distribuidores sem fins lucrativos; quarto, são autogovernados e quinto, voluntários. Já para Fernandes (1994), as organizações do terceiro setor são instituições sem fins lucrativos, baseadas na participação voluntária, num âmbito não governamental, que mantém as práticas da caridade, da filantropia e do patrocínio, expandindo sua lógica para outras áreas, devido, sobretudo, à inclusão do conceito de cidadania e de suas várias manifestações da sociedade.

O terceiro setor consiste em instituições das quais, seus principais objetivos são sociais, em vez de econômicos. O foco do setor inclui instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais, e outras organizações voluntárias (HUDSON, 1999). Elas são cada vez mais importantes para a sociedade e academia devido à importância de seu papel social e segundo Salamon (1998), é complementar à atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas em vários setores que envolvem a população em vulnerabilidade social.

As organizações sem fins lucrativos realizam uma função importante na sociedade brasileira. Elas realizam diversos tipos de atividades, que contribuem para o produto interno bruto, bem como fomentando e dando acesso a diversos tipos de serviços à população brasileira. Dados recentes indicam a existência de 400 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil (IPEA, 2015).

Em nosso país, as instituições voltadas às ações sociais estão sendo mudadas para a iniciativa privada e para a sociedade como um todo. A política de desenvolvimento social requer a participação de novos protagonistas, pois quem deveria fazer esta função, o Estado, não dispõe de condições para implementá-la. As funções do Estado vêm sendo modificadas para aumentar a parceria com setores que possam cooperar no enfrentamento dessas questões, reduzindo o investimento na área social, aumentando as parcerias (HECKERT, 2001).

Em face do exposto, as organizações do Terceiro Setor enfrentam cotidianamente o problema da sustentabilidade organizacional, em razão de serem dependentes de recursos externos, os quais são oriundos do setor privado, de organizações internacionais, do governo ou de pessoas parceiras. Deduz-se por recurso tudo aquilo que está sob o controle da organização, e que permitem que ela desenvolva estratégias capazes de promover sua eficiência e eficácia (BARNEY, 1991e BARNEY, 2001).

As doações feitas de forma voluntária são importantes para as entidades sem fins lucrativos (WEISBROD e DOMINGUEZ, 1986). Para o exercício de suas atividades de prestação de bens coletivos, essas entidades acabam por competir por doações, as quais são necessárias para sua subsistência (MARCUELLO e SALAS, 2001). Nessa perspectiva, a captação de recursos é imprescindível para um ambiente sustentável, uma vez que age como um promotor da estratégia organizacional, tornando possível a sustentabilidade e a efetividade de suas políticas de ação social (ARMANI, 2008).

No Brasil, as organizações sem fins lucrativos têm sido impactadas de várias formas. Como a pobreza aumentou nos últimos anos, elas têm mais necessidades a resolver, além disso, as entidades têm poucos recursos disponíveis para alcançar seus objetivos, sejam eles privados ou públicos. A falta de confiança nas organizações brasileiras também está impactando a mobilização de recursos nacionais e internacionais (TONDOLO *et al.*, 2019), não sendo uma visão somente desses autores e que o importante é analisar como as organizações sem fins lucrativos brasileiras se adaptaram a esse novo cenário: poucos recursos governamentais e um ambiente de descrença de parceiros e doadores.

Segundo Tondolo *et al.* (2019), o Brasil tem enfrentado demonstrações constantes de má gestão de recursos e corrupção em inúmeros setores administrativos, envolvendo a corrupção de empresas governamentais e particulares. Essa quantidade de casos provoca descrença, tanto na sociedade quanto no mercado externo, provocando uma crise nacional. Ainda segundo os autores, o Terceiro Setor passou por escândalos envolvendo Organizações Não-Governamentais (ONGs) desonestas. Mesmo que existam organizações sociais idôneas, que realizam suas funções de forma séria e proveitosa para a sociedade, esses poucos que agem em benefício próprio afetam desfavoravelmente a imagem dessas organizações como um todo. Perante esses casos, contratos e parcerias foram revisadas pelos órgãos promotores, que passaram a exigir o uso de meios gerenciais com a finalidade de aumentar a exigência de informações, bem como maior segurança nas informações prestadas.

Acredita-se que a transparência e a prestação de contas são aspectos-chave para a mobilização de recursos, uma vez que processos transparentes podem contribuir para o aumento da captação de recursos, enquanto a prestação de contas apresenta, de forma clara, a origem e a aplicação dos recursos. Assim, define-se prestação de contas como uma obrigação social e pública que tem como objetivo apresentar informações sobre algo pelo qual é responsável, sendo considerada a base da transparência e do controle social (TCU, 2008). A transparência, por sua parte, é mais importante que a prestação de contas, pois, além da divulgação dos documentos exigidos por lei, tem uma gestão que precisa apresentar o processo organizacional na sua totalidade, repassando a clareza e a segurança do mesmo (TONDOLO *et al.*, 2016). Como destacam Dalto, Nossa e Martinez (2014), a necessidade de transparência, bem como outros instrumentos, aumentam a complexidade dessas organizações. Essas organizações também precisam provar que o dinheiro foi usado adequadamente para os projetos sociais e que proporcionou à sociedade retornos equivalentes (BENJAMIN *et al.*, 2018; VALENCIA *et al.*, 2015).

2.2 IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

Geralmente, as leis se encarregam de demandar a adoção de rotinas administrativas que obstruam a aquisição, de forma individual ou coletiva, de benesses ou vantagens pessoais em decorrência da participação no processo resolutivo da organização do Terceiro Setor, como, por exemplo, a Lei 9.790, de 23/03/1999.

São entendidos como benefício ou vantagens pessoais os obtidos pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau; e por pessoas jurídicas das quais os já mencionados sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias, conforme determina o Decreto 3.100, de 30/06/1999, que regulamenta a Lei 9.790 / 99.

Impedindo as transações para proveito pessoal, o Estado é rígido ao estabelecer as responsabilidades financeiras do Conselho Curador em casos de desvio dos recursos. Se, por um lado, isso deixe claro quem tem o direito de exigir explicações e aplicar penalidades, no dia-a-dia as ferramentas de governança são de maior complexidade, resultando intervenções de órgãos fiscalizadores apenas em casos de denúncias formais ou em situação de falência (SATHLER, 2008).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa descreve o conceito de governança corporativa como o sistema que assegura, aos sócios proprietários, o governo estratégico da empresa e efetiva monitoração da diretoria executiva. Essa relação se dá pelo conselho de administração, auditoria independente e conselho fiscal, cujos papéis são fundamentais para o exercício do controle e asseguram aos acionistas a equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país (IBGC, 2011). Segundo Milani Filho e Milani (2011), a diferença básica do terceiro setor, em relação ao segundo, no aspecto da governança, baseia-se na inexistência de acionistas com direito ao recebimento de benefícios econômicos, ou seja, dividendos. Esses autores ainda esclarecem que: “mantidas as adequações necessárias pela ausência de proprietários ou acionistas, as boas práticas de governança se aplicam igualmente para todas as entidades, sejam elas de natureza governamental ou não governamental e, conforme suas finalidades, lucrativas ou não”.

Mendonça e Machado Filho (2004) também analisaram as matérias de governança corporativa do terceiro setor, relacionando esses temas de forma a encontrar instrumentos de governança que tenham possibilidade de implementação nesse segmento para uma gestão e um desempenho social com maior eficiência. Segundo eles, as técnicas de governança, de modo geral, são os seguintes: os externos (sistema político-legal e regulatório e ‘mercado de doações’) e os internos (sistema de controle dos conselhos). Mindlin (2009) afirma, ao final de sua tese, que o principal mecanismo de eficiência para essas organizações seria a atuação dos conselhos fiscais e curadores.

O Conselho Curador é conhecido como um órgão de controle institucional, em virtude de desempenhar atividades de gestão da fundação de apoio. Essas pessoas são em maior número de membros em relação ao Conselho Fiscal e tem como funções o controle dos recursos humanos, de orçamentos e revisões nos planos anuais, análise e aprovação dos relatórios da instituição, como o balanço geral. Atuam como um agente que, direta ou indiretamente, propiciam boas práticas de governança corporativa (MARTINS e MARTINS, 2014).

Guimarães (2008, p. 77) lista as principais competências legais do Conselho Curador. No que se refere às responsabilidades do Conselho Curador perante padrões legais básicos, é possível encontrar um conjunto de elementos comuns: garantir que as atividades da organização estejam alinhadas com a sua missão; cuidar do planejamento de longo prazo e estabelecer as políticas organizacionais mais importantes; acompanhar a gestão financeira a assegurar que os recursos estão sendo aplicados da melhor maneira; garantir que as

responsabilidades legais e éticas estão sendo seguidas; contratar, fiscalizar e demitir os cargos executivos de maior importância; representar a organização perante a sociedade assim como diante de seus principais stakeholders.

“Stakeholder em uma organização é qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa (FREEMAN, 1984)”.
 “Stakeholder compreende aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm a capacidade de influenciá-la (SAVAGE, NIX, WHITEHEAD e BLAIR, 1991)”.
 “Ao desprezar esses grupos, certas empresas já foram arruinadas ou prejudicadas (TAPSCOTT e TICOLL, 2005)”.

Progressivamente, as empresas privadas, os órgãos governamentais e as organizações de fomento social apresentam determinações progressivas com relação às informações prestadas pelas entidades beneficiadas com recursos arrecadados. Esse fato faz com que alguns temas, como evidenciação (disclosure), prestação de contas (*accountability*), equidade (fairness) e conformidade legal (compliance), comecem a fazer parte do vocabulário dos gestores e esses se sintam pressionados a adaptar os sistemas organizacionais e a demonstrarem, através de relatórios auditáveis, eficiência e eficácia (MILANI FILHO, 2008).

Para Klann e Beuren (2008), o disclosure voluntário absorve todo tipo de informação, que conste nos relatórios corporativos anuais, fora aquelas exigidas legalmente, ou seja, informações disponibilizadas pelas empresas por vontade própria, para melhor informar seus stakeholders, ou por conveniência, para atrair investidores.

De acordo com Mafra e Junqueira (2018), o compliance é respeitar as obrigações que as entidades têm com seus usuários externos, como os entes do poder público, com quem as entidades têm obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e etc; fornecedores e clientes ou sociedade em geral e com usuários internos, como empregados e associados.

De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do IBGC (2010), existem quatro princípios básicos. São eles: **transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.**

Vargas (2008) ratifica que a **transparência** é um princípio que precisa do amparo por todos os indivíduos. Isso porque, com a sua utilização, ocorre a geração da confiança interna e externa, ou seja, entre os colaboradores da entidade e entre ela e terceiros. A transparência deve usar a informação e a prestação de contas, tanto de fatores tangíveis quanto intangíveis, para aumentar o valor da organização.

Já a transparência e a prestação de contas para as instituições do Terceiro Setor têm se tornado decisivo, seja pela preocupação dos gestores e financiadores, seja pela imposição da sociedade frente aos escândalos envolvendo as ONGs. Ponderação, que reflete nas práticas organizacionais e atravessa fronteiras, uma vez que leva os pesquisadores na busca de maiores informações sobre esse tema nos mais diversos continentes (TONDOLO *et al.*, 2016).

Ao realizar um papel de interesse social, espera-se que as organizações do Terceiro Setor apresentem de modo transparente seu portfólio de projetos e seus resultados e recursos obtidos. Um importante mecanismo de transparência é a prestação de contas, composta por elementos históricos da entidade, com a apresentação de demonstrações contábeis, que sejam visíveis aos olhos de terceiros, não somente às partes interessadas (OLAK e NASCIMENTO, 2010).

Tondolo *et al.*, (2016) apresentam a transparência sob quatro aspectos: a) transparência em nível Inicial de Atendimento; b) transparência em Aspectos Legais; c) transparência na Prestação de Contas; e d) transparência em Gestão e Resultados. Diante disso, Board *et al.* (2002) ressaltam que os padrões mais citados no processo de transparência são a divulgação financeira, a disponibilidade de informações operacionais e administrativas aos diferentes públicos, o acesso às instalações físicas e a divulgação dos nomes dos membros da administração.

A **equidade** caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais "partes interessadas" (*stakeholders*), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis (IBGC, 2009).

Segundo IBGC (2009), na **prestação de contas** os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos. O termo *accountability* se refere à prestação de contas da fundação aos seus interessados. Assim, a atuação dos agentes da governança é dotada de responsabilidades e oportunidades, visto que o cumprimento dessa obrigação gera credibilidade e confiança, interferindo positivamente em futuras parcerias ou projetos, até mesmo internacionais (VARGAS, 2008).

Prestação de contas seria, então, o agrupamento de informações e documentos que, quando reunidos, são tratados e apresentados pelas entidades do Terceiro Setor aos órgãos de autoridades competentes, para que sejam analisadas e julgadas, conforme o estatuto social e legislação à qual estão submetidas (OLAK e NASCIMENTO, 2008). A prestação de contas se

refere à capacidade de uma organização em manter a confiança do público e explicar as suas promessas para quem a apoia, sem se afastar da sua missão e práticas adequadas de gestão (VALENCIA *et al.*, 2015). No entanto, estudos mostram a relevância da divulgação das demonstrações contábeis e a prestação de contas (*accountability*) à sociedade, uma vez que essas práticas influenciam a quantidade de doações recebidas (GANDÍA, 2011).

Kearns (1994, p. 188) apontou quatro categorias de *accountability* no campo da gestão das instituições do Terceiro Setor: 1. *Accountability* imposta pela lei ou contrato; 2. *Accountability* negociada entre a organização e a comunidade, na qual se insere, a partir dos valores sociais, crenças e realidade política; por exemplo, quando um hospital confessional se submete a não realizar cirurgias em determinados dias da semana em membros de determinada seita religiosa; 3. *Accountability* profissional ou discricionária, que reflete o que se espera do desempenho dos profissionais ou voluntários que trabalham; 4. *Accountability* antecipatória, que trata da capacidade da instituição antever futuros padrões que lhes serão exigidos e participar proativamente da construção de políticas e práticas que virão a afetar sua atuação.

Para ampliar a discussão e ser capaz de dar resposta aos diversos aspectos da *accountability* para a direção de uma organização do Terceiro Setor, Morrison e Salipante (2007, p. 199) propõem o uso de dois conceitos relacionados. Um deles é a *accountability* baseada nas regras, preocupada em cumprir as normas estatutárias, leis e os objetivos explicitamente determinados, com espaço para padrões contábeis, auditorias externas, regulamentos internos de gestão de pessoal e outras ações desse tipo. Outro é a *accountability* negociada, para lidar com os comportamentos implícitos e subjetivos que se espera de uma organização desse tipo, a ser negociada entre os próprios líderes e com os critérios específicos de seus stakeholders, suas medidas, interpretações do que é ser eficaz, de forma coerente com a história, os valores éticos e a missão institucional.

Já na **responsabilidade corporativa** os conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua.

A "função social" da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia e melhoria da qualidade de vida por meio de ações

educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se neste princípio a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade (IBGC, 2009).

2.3 RESPONSABILIDADE VOLUNTÁRIA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Trabalhos como os de Gordon e Khumawala (1999) expressam que os sujeitos fazem doações e contribuições para a caridade por diversas razões, tais como: questões religiosas, pressões sociais e também pelo altruísmo, de maneira geral. Segundo Medeiros (2016), diante dessa constatação, observa-se que os doadores possuem vários motivos para realizar seus donativos, sendo assim, as entidades sem fins lucrativos devem atraí-los por meio da divulgação de informações que favoreçam à visualização da gestão dessas organizações.

Segundo Costa *et al.* (2011), as entidades sem fins lucrativos estão ganhando mais relevância. Assim, um aumento por transparência e responsabilidade está criando, exigência interna e externa às entidades, de forma que os interessados possuam formas para analisar as prerrogativas das instituições. Quem doa às entidades sem fins lucrativos, espera que suas contribuições sejam utilizadas da melhor maneira possível, potencializando o benefício para os usuários dos “bens” da instituição (MEDEIROS, 2016).

Diante da hesitação, por parte dos doadores, em relação à gestão dos recursos aportados pelas entidades sem fins lucrativos, as contribuições podem diminuir. Os relatórios contábeis e a divulgação voluntária do desempenho organizacional podem exercer um papel importante na decisão de contribuir por parte dos doadores, e isso ocorre caso esses doadores julguem investigar a integridade da organização, antes de doar (PARSONS, 2007).

Os trabalhos sobre a importância da informação contábil para os doadores do terceiro setor está baseada no *value-relevance*. Esse entendimento foi desenvolvido e demonstrado em estudos das áreas de finanças e mercado de capitais, e busca compreender que as informações contábeis contidas nos relatórios financeiros podem ser relacionadas e relevantes para os investidores da bolsa de valores (MEDEIROS, 2016).

Conforme Duarte *et al.* (2017), os exemplos de *value relevance* são importantes para verificar se as informações contábeis são significativas para a tomada de decisão dos investidores, do contrário, todo esforço gasto pelos órgãos regulamentadores, será em vão, se as informações prestadas pelas instituições não tiverem utilidade para os usuários. No terceiro setor, as pesquisas sobre *value-relevance* buscam analisar ligações que possam existir entre as

doações e as informações contábeis, com o intuito de identificar se a contabilidade realizada nas entidades sem fins lucrativos é relevante para os doadores (PARSONS, 2003).

Com a necessidade de arrecadar fundos, houve a melhoria da responsabilidade das organizações sem fins lucrativos, o que está atraindo bastante a atenção mundial (BUCHHEIT e PARSONS, 2006). Estudos sobre a responsabilidade voluntária sem fins lucrativos estão aflorando (incluindo relatórios financeiros, conformidade com códigos de conduta e credenciamento), no propósito de provar qualidade e confiabilidade para um público cada vez mais descrente (BECKER, 2018).

A temática sobre divulgação voluntária tem como principais contribuições os estudos de Dye (2001) e Verrechia (2001). Dye (2001) apresenta a escassez de uma teoria padronizada e abundante em relação à divulgação voluntária, já que resulta de uma mistura de três ciências: Contabilidade, Finanças e Economia. Já Verrechia (2001), mostra que a Teoria da divulgação voluntária é um tipo especial da Teoria dos jogos, onde as instituições irão divulgar desempenhos benéficos à entidade e não os desfavoráveis. Nesta situação, a divulgação voluntária seria uma forma de reduzir a discordância de informações e ampliar a confiança dos Stakeholders perante a instituição, levando em consideração que os gestores das organizações possuem mais conhecimento do que qualquer outra pessoa ligada às mesmas (PEREIRA e LUCENA, 2015).

Os programas e iniciativas de responsabilidade voluntária nas instituições sem fins lucrativos buscam modelos habituais entre organizações sem fins lucrativos, regulando a governança, arrecadação de fundos e gestão (GUGERTY, 2009). Ainda segundo esse autor, ponderando as iniciativas e ações de responsabilização voluntária no setor sem fins lucrativos, as apurações das formas mais fracas de responsabilização sem fins lucrativos foram desaperecidas. Principalmente, faltam percepções sobre a eficácia da responsabilidade voluntária interna sem fins lucrativos, que implica principalmente no monitoramento interno dos relatórios financeiros da organização sem avaliação externa.

Os estudos de Bekkers (2003) e Feng *et al.* (2016) oferecem comprovada evidência prática para as benesses da responsabilização voluntária certificada externamente, em termos de uma resposta pública favorável em relação às organizações sem fins lucrativos, englobando a ampliação das atitudes de doação. Também, o estudo de Parsons (2007) considera que as divulgações não financeiras são essenciais para adotar uma decisão de doação.

Conforme o estatuto legal de cada país, uma pluralidade distinta de códigos de conduta, sistemas de autorregulação e esquemas de certificação e credenciamento evoluíram

como instrumento para auxiliar a boa gestão no campo das instituições sem fins lucrativos em todo o mundo (PRAKASH e GUGERTY, 2010).

Para Becker (2018), as maneiras mais vulneráveis de responsabilidade voluntária são de natureza interna e envolvem atividades que não refletem a anuência de modo algum, ou aqueles que supervisionam os relatórios financeiros da organização sem qualquer avaliação, resultando basicamente em fiscalização interna. Segundo Gugerty (2009), uma maneira paulatinamente mais forte de responsabilidade voluntária é a autocertificação institucional na forma de anuência com exemplos específicos, que sem uma revisão precisa, torna-se ainda fraca.

Alguns trabalhos, como Gugerty (2009), Szper e Prakash (2011) e Willems *et al.* (2017), apontam que as formas mais fortes de responsabilidade voluntária das organizações do terceiro setor são de natureza externa e englobam apreciação de associações do ramo, pares ou membros não associados, sendo a forma de responsabilidade voluntária considerada mais forte, a que possua uma revisão independente de terceiros e um processo de ateste e certificação correspondente, contendo a autorização de um selo de validação.

Para provar a capacidade de gerenciamento adequado de recursos, que proporcione o retorno adequado à sociedade, as instituições do terceiro setor, passaram a adotar iniciativas e atividades de responsabilidade voluntária, que vão muito além da responsabilidade mínima legal (BEKKERS, 2018).

Portanto, para essas instituições, quanto maior a preocupação com qualidade e transparência, melhor será a avaliação dos seus investidores. A seguir, descrevem-se os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos de modo a classificar a pesquisa, população e amostra, a coleta e a análise dos dados, com a finalidade de alcançar os objetivos apresentados no capítulo introdutório desse trabalho.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

No estudo foi usada a pesquisa quantitativa, que segundo Richardson (2007), é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Assim sendo, na perspectiva quantitativa, será utilizada a coleta de dados pretendendo definir padrões e provar hipóteses (SAMPIERE, COLLADO e LUCIO, 2013).

A pesquisa foi descritiva pelo uso de métodos padronizados de coleta de dados, visando indicar as características de uma população ou acontecimento (SAMPIERE *et al.*, 2013; COOPER e SCHINDLER, 2016). Já pela natureza foi aplicada, pois, utiliza os conhecimentos obtidos para a solução de problemas concretos do dia a dia (COOPER e SCHINDLER, 2016), visto que os resultados obtidos podem auxiliar para o conhecimento dos usuários sobre as condições desse serviço que lhes é prestado.

O experimento apresenta apenas uma variável que foi manipulada, a adoção do *accountability*. Essa variável foi manipulada em 4 níveis distintos de adoção do *accountability*, com as seguintes variáveis dependentes: confiança, reputação, qualidade; doação.

Na pesquisa experimental deve haver a seleção das variáveis, a especificação dos níveis de tratamento e a definição das formas de controle e de observação dos efeitos para que os testes e análises dos dados possam ser realizados adequadamente (COOPER e SCHINDLER, 2016).

Assim, o presente estudo foi desenvolvido por meio de um experimento baseado em cenários com a utilização de vinhetas. Uma vinheta é uma exposição resumida de uma pessoa ou de uma situação social incluindo referência precisa quanto aos fatores mais importantes para o entrevistado tomar uma decisão ou realizar um julgamento (WASON, POLONSKY e HYMAN, 2002). Segundo Junior, de Oliveira, Kilimnik (2010), essa construção é importante, pois analisa modelos mentais sobre o futuro, melhorando a tomada de decisão. Então, para a realização deste experimento foi utilizado um cenário contendo quatro versões de níveis de *accountability*. O instrumento de coleta foi a vinheta constituída de apresentação do cenário, módulo comum, manipulação dos fatores, questionário contendo as questões de verificação de atenção, questões de verificação de realismo da vinheta, questões de verificação de manipulação, questões relacionadas as variáveis dependentes e as questões gerais de caracterização dos sujeitos.

O Campo de pesquisa é a gestão de organizações sem fins lucrativos e o público alvo, brasileiros maiores de 18 anos, como potenciais voluntários e doadores. Os dados foram tratados por tabulação em duas etapas: Etapa 1, análise dos dados por meio de Análise de Variância para verificar a efetividade das manipulações da vinheta; e Etapa 2, análise descritiva da amostra, testes de atenção e de realismo, e análise de variância para verificar o efeito das variáveis dependentes na variável independente.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Os participantes da pesquisa eram todos brasileiros maiores de 18 anos. A coleta foi realizada do dia 27 de outubro até o dia 17 de novembro. Ao final da coleta, 183 indivíduos acessaram o questionário e 123 preencheram completamente a pesquisa; destes, 118 foram considerados válidos por terem respondido corretamente à pergunta de atenção. Em média, os participantes levaram 4 minutos para responder o questionário. Além disso, a média de idade dos sujeitos foi de 35,53 anos. A tabela 1 apresenta a porcentagem de participantes válidos por cenário.

Tabela 1: Participantes válidos por grupo (cenário)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Com certificação externa	28	23,7	23,7	23,7
	Responsabilização interna	36	30,5	30,5	54,2
	Responsabilidade mínima	31	26,3	26,3	80,5
	Sem padrão	23	19,5	19,5	100,0
	Total	118	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita online, via plataforma SurveyMonkey.

3.3.1 PROCEDIMENTO DO EXPERIMENTO

Os sujeitos receberam um módulo comum, com as informações sobre o cenário da pesquisa. Logo após receberam, de forma aleatória, um dos tratamentos experimentais com um nível de *accountability*, com certificação externa, responsabilização externa, Responsabilidade mínima e sem padrão. Logo após os sujeitos responderam as questões sobre as variáveis dependentes e de caracterização. A vinheta e o questionário se encontram no Anexo 1.

3.3.2 VERIFICAÇÕES DO EXPERIMENTO

Foram realizadas as verificações de atenção, realismo, manipulação e explicação alternativa (teste de *confounding*).

a) Teste de Atenção

A verificação de atenção possibilita identificar respostas incompatíveis devido a leituras distraídas das vinhetas, contribuindo para a qualidade dos resultados do modelo experimental (ABBEY e MELOY, 2017). A tabela 2 apresenta somente os participantes que responderam correta a seguinte pergunta sobre atenção -Qual era seu papel no caso?

Tabela 2: Teste de atenção

		Papel no caso			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulativa
Válido	Doador	118	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

b) Teste de realismo

Para Eckerd (2016), com a verificação de realismo se avalia o nível de percepção dos respondentes nas vinhetas descritas e ainda segundo Polyviou *et al* (2018), até que ponto eles se identificam com a situação. Na análise realizada pela ANOVA para o teste de realismo, a média foi igual a de 5,03 para o realismo numa escala likert de 7 pontos, sendo 1, para nem um pouco realista e 7 para muito realista. A média para interessante foi de 5,49, também numa escala likert de 7 pontos, sendo 1 para nem um pouco interessante e 7 para muito interessante. A tabela 3 mostra a média de realismo e de interessante, em relação ao caso apresentado no instrumento.

Tabela 3: Teste de Realismo

Estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Realismo	118	1	7	5,03	1,617
Interessante	118	1	7	5,49	1,703
N válido (de lista)	118				

Fonte: Dados da pesquisa.

c) Teste de Verificação de Manipulação

Para Eckerd (2016), o teste de verificação de manipulação revela se os indivíduos analisaram e captaram as diferenças nos níveis dos métodos empíricos criados pelo pesquisador. A tabela 4 apresenta os resultados de manipulação.

Tabela 4: Teste de Verificação de Manipulação

Verificação de manipulação			
Accountability	Média	N	Desvio Padrão
Com Certificação Externa	5,71	28	1,883
Responsabilização Interna	5,53	36	1,647
Responsabilidade Mínima	5,10	31	1,938
Sem Padrão	3,04	23	2,184
Total	4,97	118	2,110

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 5, da ANOVA, confirma a compreensão dos participantes da pesquisa sobre as manipulações da tabela 4, pois quanto menor o nível de accountability do cenário, menor é o nível da resposta.

Tabela 5: Tabela da ANOVA

Tabela de ANOVA				
			F	Sig.
Verificação de manipulação	Entre grupos		10,476	,000
*accountability	(combinado)			

Fonte: Dados da pesquisa.

d) Teste da explicação alternativa (teste de *confounding*).

O questionário apresentava duas perguntas de atitude do indivíduo em relação à transparência, que seriam respondidas de acordo com a percepção do participante: -Em geral, acredito que padrões de qualidade e transparência são importantes para arrecadação de fundos para organizações. -Em geral, acredito que padrões externos de qualidade e transparência, como selos de aprovação e certificação de outras organizações são importantes para arrecadação de fundos para organizações. Segundo a Tabela 6, as médias obtidas em cada cenário não possuem uma diferença significativa, provando que as manipulações não reduziram a intenção de ser ou não, doador.

Tabela 6: Tabela da explicação alternativa

Relatório

Atitude Média			
Accountability	Média	N	Desvio padrão
Com certificação externa	6,3929	28	,89605
Responsabilização interna	6,4167	36	1,05898
Responsabilidade mínima	6,4355	31	,79312
Sem padrão	6,3478	23	1,03830

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 da ANOVA mostra uma significância de 0,989. Confirmando que independente do cenário recebido, a percepção do participante é a mesma.

Tabela 7: Tabela da ANOVA

Tabela de ANOVA

				Quadrado Médio	F	Sig.
Atitude Média	*	Entre Grupos	(Combinado)	,037	,041	,989
Accountability		Nos grupos		,908		

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir apresentam-se os resultados da análise.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio da Análise de Variância. Segundo Montgomery (1991), a Análise de Variância (ANOVA - Analysis of Variance) é uma ferramenta para comparação de vários grupos ou estratos de interesse. A ANOVA permite investigar a existência de diferenças significativas entre os grupos estudados, e suas conclusões apresentam um nível de confiança determinado pelo analista (PAESE *et al.*, 2001). A ANOVA possui dois pressupostos: que os dados da variável dependente estejam numa distribuição normal e que se tenha homogeneidade na variância entre os grupos.

Visando analisar o pressuposto da normalidade dos dados, foram realizados os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk em todas as variáveis dependentes: Intenção de doação, Voucher, Qualidade, Confiança Média e Reputação Média. Como pode ser observado na Tabela 8, a significância dos dados das variáveis dependentes mostra que eles não estão em uma distribuição normal. Para buscar atender os pressupostos e compensar a distribuição anormal, ao rodar a ANOVA, foi utilizado o procedimento da reamostragem (bootstrap) que fará com que a distribuição se aproxime da normal.

Tabela 8: Tabela da ANOVA

Tests of Normality						
Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk			
Estatística	Df	Sig.	Estatística	Df	Sig.	

Intenção de doação	,182	118	,000	,865	118	,000
Voucher	,162	118	,000	,874	118	,000
Qualidade	,179	118	,000	,866	118	,000
Confiança Média	,173	118	,000	,878	118	,000
Reputação Média	,147	118	,000	,885	118	,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Para analisar a confiabilidade dos construtos Confiança e Reputação foi realizado o teste de Alfa de Cronbach, que segundo Hair *et al.* (2005), a partir de 0,6 já demonstra confiabilidade dos itens utilizados no instrumento.

Tabela 9: Tabela da Confiança

Estadísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,975	3

Fonte: Dados da pesquisa.

A confiabilidade de Confiança mostrada na Tabela 9 foi de 0.975 em relação a 3 perguntas no questionário e na Tabela 10, a confiabilidade da Reputação foi de 0.939 em relação a 6 perguntas no questionário.

Tabela 10: Tabela da Reputação

Estadísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,939	6

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Sobre os participantes da amostra, 118 foram considerados válidos para o estudo, sendo 78 do sexo feminino (66,1%) e 40 do sexo masculino (33,9%), conforme os dados da Tabela a seguir.

Tabela 11: Tabela do gênero dos participantes

		Gênero			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Feminino	78	66,1	66,1	66,1
	Masculino	40	33,9	33,9	100,0
	Total	118	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 12: Tabela da idade dos participantes

Estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	118	18	68	35,53	11,140
N válido (de lista)	118				

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Tabela 12, a média de idade dos sujeitos foi de 33,53 anos, com idade mínima de 18 e máxima de 68 anos.

Tabela 13: Tabela do voluntariado

Voluntário				
	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	Sim	50	42,4	42,4	42,4
	Não	65	55,1	55,1	97,5
	Outro	3	2,5	2,5	100,0
	Total	118	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir das questões se observa que, 50 participantes se declararam voluntários (42,4%), 65 participantes se declararam não ser voluntários (55,1%) e 3 participantes declaram, outro (2,5%).

Tabela 14: Tabela do doador

		Doador			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	72	61,0	61,0	61,0
	Não	40	33,9	33,9	94,9
	Outro	6	5,1	5,1	100,0
	Total	118	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Tabela 14, que mostra a situação dos participantes em relação a ser ou não doadores, 72 se declararam doadores (61,0%), 40 se declaram não doadores (33,9%) e 6 participantes escolheram a opção outro (5,1%).

Tabela 15: Tabela do aluno

		Aluno			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Graduação	36	30,5	30,5	30,5
	Pós-graduação	41	34,7	34,7	65,3
	Outro	41	34,7	34,7	100,0
	Total	118	100,0	100,0	

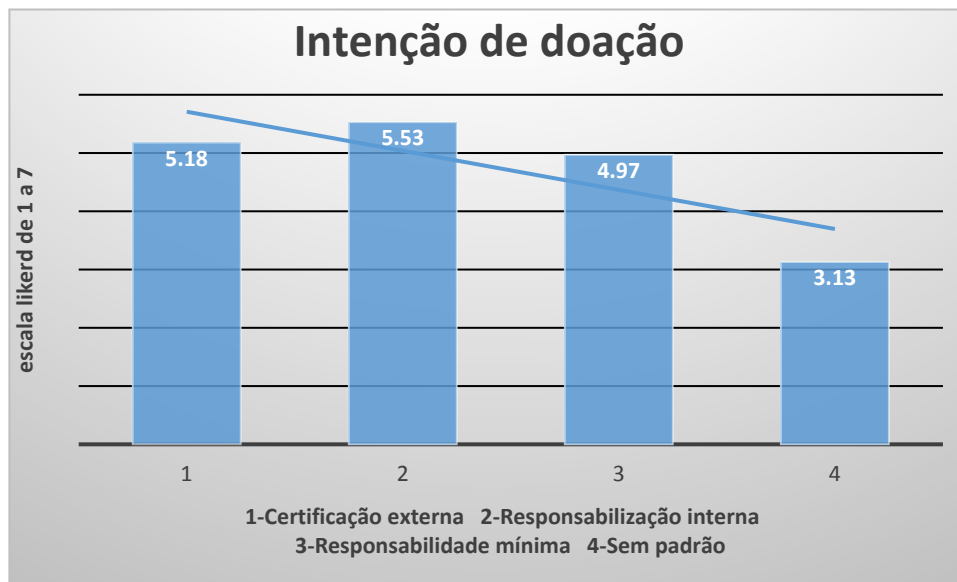
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao nível de escolaridade dos participantes, a tabela 15 mostra que 36 sujeitos estão na graduação (30,5%), 41 sujeitos estão na pós-graduação (34,7%) e 41 sujeitos escolheram a opção outros (34,7%).

4.2 EFEITO DO *ACCOUNTABILITY*

A análise de variância ANOVA possui dois pressupostos principais. Distribuição de normalidade na variável dependente e homogeneidade de variância entre os grupos. Esses dois pressupostos em pesquisa nas ciências sociais raramente são observados, portanto, na distribuição não normal da variável dependente se utilizou o processo de reamostragem (bootstrap) que aleatoriamente seleciona alguns participantes para serem excluídos da amostra e duplica alguns que ficaram. Repetindo mil vezes e de forma aleatória, a curva de normalidade dos dados tende a ser corrigida. Já em relação ao outro pressuposto, faz-se o teste de Levene que verifica a homogeneidade das variâncias. Quando se apresenta uma significância maior que (0,05) as variâncias são homogêneas, pois, não existe uma diferença significativa entre os grupos. Mas quando se observa a significância dos dados menor que (0,05) as variâncias não são homogêneas, pois existe uma diferença significativa entre os grupos. Nesse caso, foi utilizado o teste de welch ou Teste robusto de igualdade de médias que corrige a homogeneidade de variância. O método de Hochberg é utilizado quando o teste de Levene apresenta que os grupos são homogêneos, ou seja, possuem homogeneidade de variância. Games-Howell é a opção para quando as variâncias não são homogêneas, nesse caso, utilizamos o teste Post Hoc que vai mostrar entre os pares, onde está a diferença.

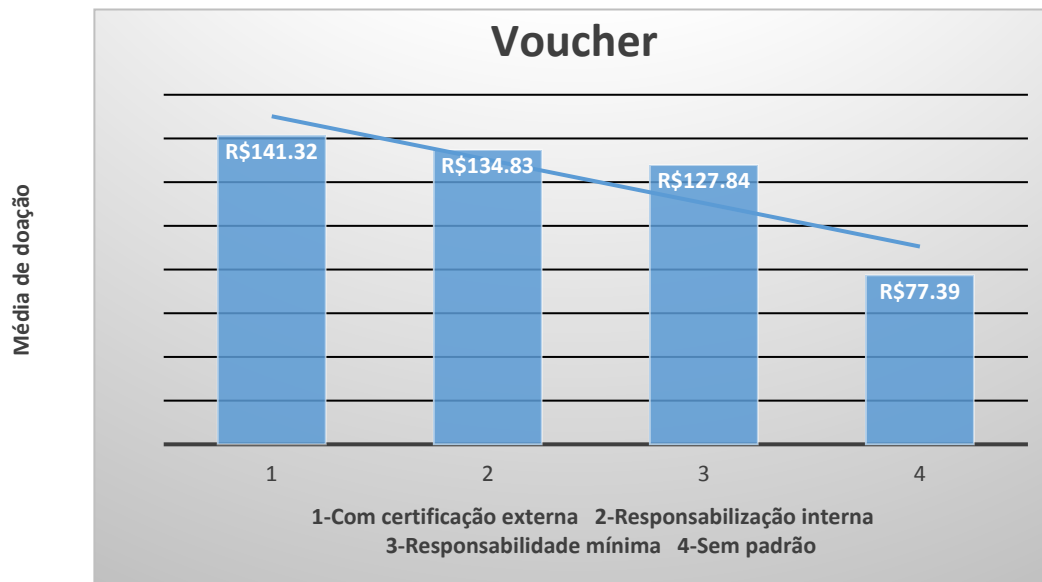
Gráfico 1



Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando os resultados da ANOVA sobre o efeito do *accountability* nas manipulações para a variável **Intenção de doação**, apresentado no gráfico 1, a média foi de 5,18 para a intenção de doação numa escala *Likert* de 7 pontos, sendo 1, para pouco disposto e 7, para muito disposto, nas respostas de 28 indivíduos que receberam o cenário “com certificação externa” apresentado no item A.3.1 do anexo 1, desse estudo. Para o cenário “responsabilização interna”, apresentado no item A.3.2 do mesmo anexo, foi observada a média de 5,53 na intenção de doação para 36 respondentes. No cenário da “responsabilidade mínima” apresentado no item A.3.3 do anexo 1, a média de intenção de doação foi de 4,97 para 31 indivíduos que responderam ao questionário. Já para o cenário “sem padrão”, apresentado no item A.3.4 do anexo em questão, a média foi de 3,13, para 23 respondentes. Por não se ter igualdade entre os grupos, utiliza-se o método welch (Tabela 3, apêndice 1), que mostra uma diferença significativa entre os grupos. Nessa situação, foi empregado o teste Post Hoc (tabela 4, apêndice 1), este apontou que a diferença estava em relação ao 4º grupo, “sem padrão”. Mostrando que para esses indivíduos não importa se existe a certificação ou não, o importante é, se é feito algo em relação a qualidade e a transparência, para sua intenção de doar.

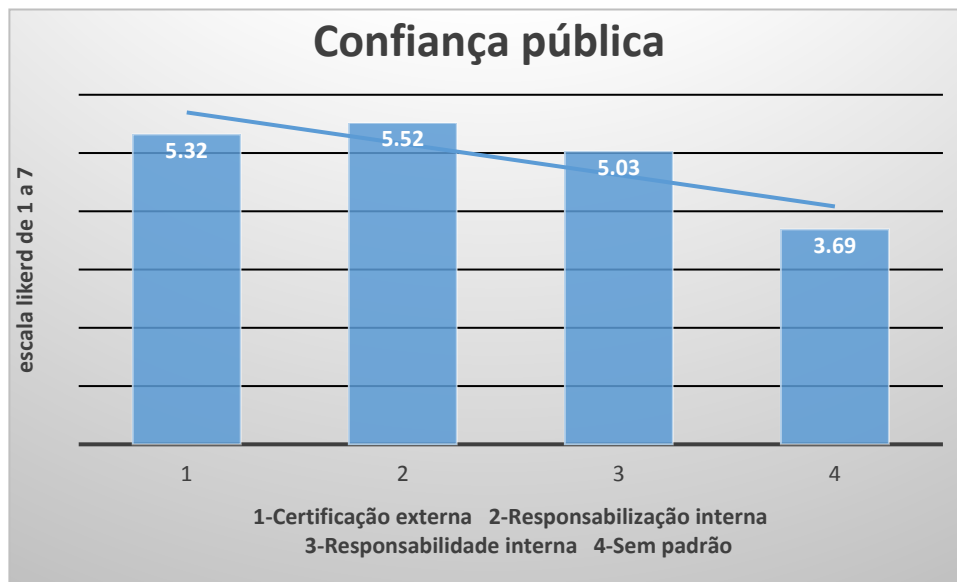
Gráfico 2



Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando os resultados da ANOVA sobre o efeito do *accountability* nas manipulações para a variável **Voucher**, os indivíduos que receberam o cenário “com certificação externa”, doariam em média R\$ 141,32 de um valor de 0 à 300 reais, disponíveis na manipulação, que é uma adequação do valor utilizado no estudo que inspirou esse trabalho. Para o cenário “responsabilização interna”, a média de doação seria de R\$ 134,83. No cenário da “responsabilidade mínima”, foi observada a média de R\$ 127,84 que seriam destinados a doação. Já para o cenário “sem padrão”, a média seria de R\$ 77,39 (Gráfico 2). Conforme reduz o nível de *accountability*, diminui em reais, a intenção do indivíduo em doar. Mas essa influência não é estatisticamente significativa, conforme Tabela 7 do apêndice 1, desse estudo (teste de welch).

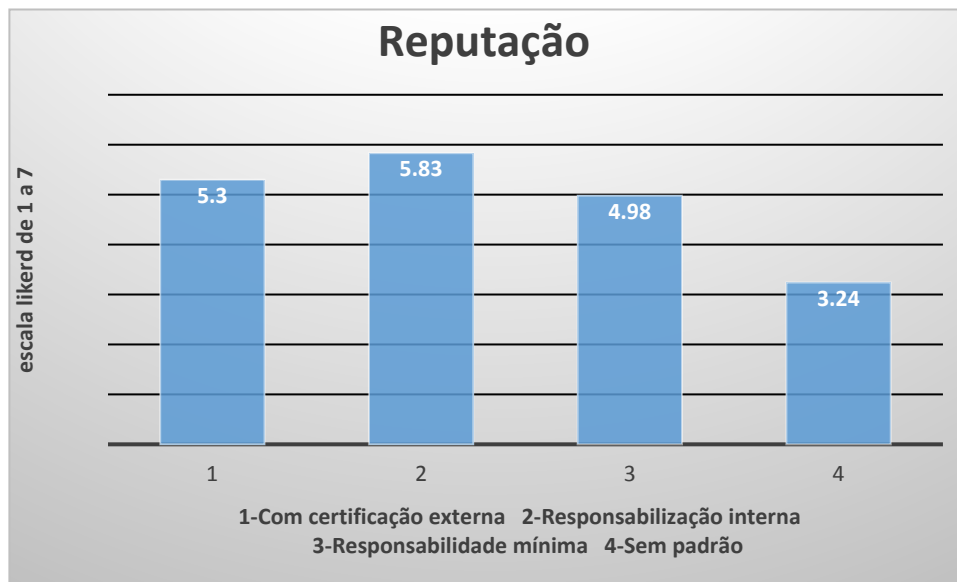
Gráfico 3



Fonte: Dados da Pesquisa

Nos resultados da análise da ANOVA sobre o efeito do *accountability* na variável **Confiança pública**, que continha 3 perguntas no instrumento de pesquisa, a média de confiança foi de 5,32 pra quem recebeu o cenário “com certificação externa”, numa escala *Likert* de 7 pontos, sendo 1, para discordo totalmente e 7, para concordo totalmente. Para quem recebeu o cenário “responsabilização interna”, a média da confiança foi de 5,53. No cenário da “responsabilidade mínima” a média de confiança foi de 5,03 e no cenário “sem padrão” a média de confiança foi de 3,69 (Gráfico 3). O teste Welch (Tabela 11, apêndice 1) mostra uma diferença significativa entre os grupos, e por essa razão, foi empregado o teste Post Hoc, que mostrou a diferença somente no 4º grupo. Desta forma, se conclui que os indivíduos confiam na instituição quando ela possui alguma ação em relação a qualidade e transparência.

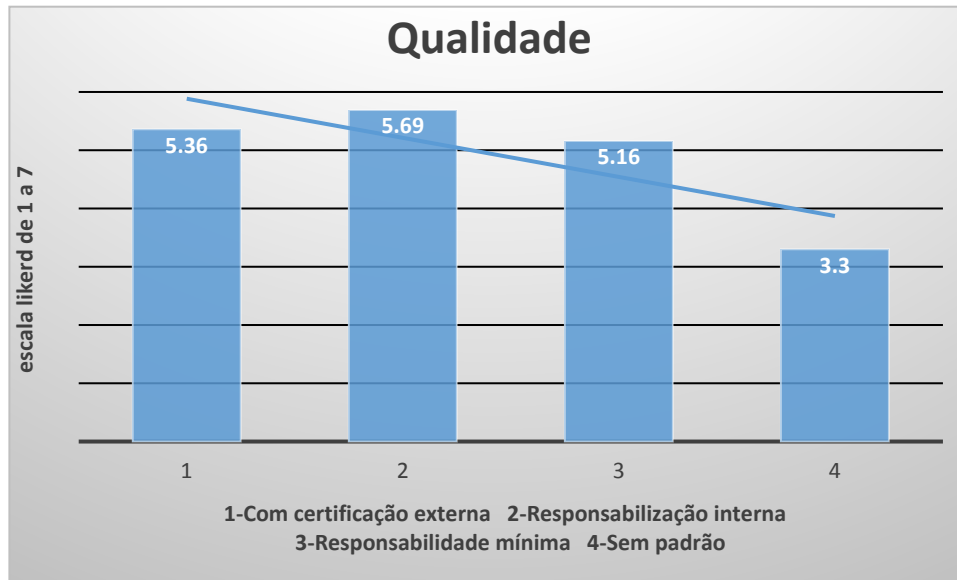
Gráfico 4



Fonte: Dados da Pesquisa

As análises da ANOVA com o efeito do *accountability* na variável **Reputação**, com 6 perguntas no instrumento, mostraram uma média de 5,30 numa escala likerd de 7 pontos, sendo 1, para discordo totalmente e 7, para concordo totalmente, para os indivíduos que responderam o questionário com o cenário “com certificação externa”. Quem recebeu o cenário “responsabilização interna”, a reputação ficou com média de 5,83. Para quem respondeu o questionário no cenário “responsabilidade mínima”, a média foi de 4,98 e para quem respondeu no cenário “sem padrão” a médio foi de 3,24 (Gráfico 4). Aqui, já o teste de Levene (tabela 18 do apêndice 1), mostrou que as variâncias não são homogêneas, confirmado pelo teste de Welch (Tabela 19, apêndice 1). Dessa forma ao realizar os Post Hoc (Tabela 20, apêndice 1) foi utilizado o método de Games-Howell e segundo esse teste a diferença está no 4º grupo “sem padrão” que mostra uma diferença significativa em relação a todos os outros grupos. Com isso, conclui-se que esses indivíduos confiam na reputação dessas organizações se existe ações de qualidade e transparência, não necessariamente uma certificação externa.

Gráfico 5



Fonte: Dados da Pesquisa

As análises da ANOVA para o efeito do *accountability* na variável **Qualidade**, com uma questão de escala likerd de 1 a 7, sendo 1, para discordo totalmente e 7, para concordo totalmente, mostrou que a média de qualidade percebida para o grupo da “certificação extena” foi de 5,36. No grupo que respondeu o questionário no cenário da “responsabilização interna”, a média foi de 5,69. Quem recebeu o cenário “responsabilidade mínima”, ficou com média de 5,15 e para o grupo que pegou o cenário “sem padrão”, a média foi de 3,30. Como as variâncias, não foram homogêneas, resultado mostrado do teste de levine e no de Welch (tabelas 14 e 15 do apêndice 1), usamos o Games Howell no teste Post Hoc (tabela 16 do apêndice 1). Como na maioria das análises do estudo, os indivíduos percebem a qualidade de uma organização se ela se compromete em ter qualidade e ser transparente. As tabelas das análises completas da ANOVA estão no apêndice 1, desse estudo (Tabela 16).

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho pretendeu verificar a influência do *accountability* na percepção de confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação, nas instituições sem fins lucrativos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com potenciais doadores de instituições do terceiro setor no Brasil. A manipulação dos níveis de *accountability* (Certificação externa, Responsabilização interna, Responsabilidade mínima, e Sem padrão), foi com as seguintes variáveis dependentes: confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação.

Na variável intenção de doação, a maior média foi percebida no nível de *accountability*, “responsabilização interna” e a menor, para o nível “sem padrão”. Essa diferença foi significativa e em relação a todos os outros níveis de *accountability*. Também para a confiança pública, reputação e qualidade percebida, o comportamento das médias se manteve o mesmo. Sempre a maior média no nível de “responsabilização interna” e a média do nível “sem padrão” com uma diferença significativa em relação a todos os outros níveis. Dessa forma os resultados obtidos sinalizam que o importante para os respondentes é que se tenha uma responsabilização em relação a qualidade e a transparência, não necessariamente a certificação externa.

Já em relação ao Voucher foi observado um comportamento diferente das outras variáveis, o valor da doação baixou enquanto diminuía o nível de *accountability*, mas nenhuma diferença foi significativa estatisticamente. Uma influência parcial, talvez o resultado reflita a situação de crise que o Brasil está enfrentando. Desta forma, para essa análise, pode-se pensar em avaliar pela lógica das empresas, se seus gestores doariam parte do seu imposto de renda, por exemplo, seria uma forma de avaliar sem a influência do momento.

O estudo da Annika Becker, “An Experimental Study of Voluntary Nonprofit Accountability and Effects on Public Trust, Reputation, Perceived Quality, and Donation Behavior”, que gerou o interesse nesse estudo, mostrou que, a prestação de contas voluntária “certificada externamente” demonstra maior reputação e qualidade percebida entre as organizações sem fins lucrativos, o que nesse estudo aconteceu com a “responsabilização interna”.

Nos dois estudos, as organizações que não cumprem nenhum padrão de qualidade e transparência pontuam mais baixo em termos de confiança pública, reputação, qualidade percebida e comportamento de doação.

Nesse estudo, não foi o grupo “com certificação externa” que obteve as maiores médias, um entendimento diferente dos respondentes do estudo da Becker. Neste estudo as maiores média ficaram com o grupo “responsabilização interna”.

6 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi analisar a influência do *accountability* na percepção de confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação, nas instituições sem fins lucrativos. Para isso foi feito um experimento com o intuito de validar a vinheta de níveis de adoção de *accountability* no Brasil, validar as escalas de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação e dessa forma alcançar o objetivo desse estudo.

A vinheta foi validada porque atingiu o nível de realismo com média de 5,03 numa escala Likert de 7 pontos, onde 1 é nem um pouco realista e 7 para muito realista e um nível de interessante com média de 5,49, também numa escala Likert de 7 pontos, onde 1 é nem um pouco interessante e 7 para muito interessante.

Os testes de manipulação também apresentaram resultados satisfatórios. A validação das escalas traduzidas, especialmente confiança e reputação, onde foi realizado o teste alfa de Cronbach - que verifica a confiabilidade do construto - também apresentaram resultados satisfatórios. Segundo Streiner (2003), o alfa de Cronbach é a média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento. Para os construtos qualidade e intenção de doação, não foi utilizado o alfa de Cronbach, porque possuem apenas uma pergunta no instrumento cada uma.

Para verificar a adoção do *accountability* na Intenção de doação a pesquisa obteve uma média de 5,18 para o nível “com certificação externa”, 5,53 para o nível “responsabilização interna”, 4,97 para o nível “responsabilidade mínima” e apenas 3,13 para o nível “sem padrão”, numa escala likert de 7 pontos. Como pode se observar uma diferença significativa de diminuição da média quando é o nível “sem padrão de certificação”, confirmando se aqui a influência do *accountability* na intenção de doação.

Na verificação da adoção do *accountability* na percepção da doação de um Voucher de 300 reais, obteve-se 141,32 reais, para o grupo com “certificação externa”, 134,83 reais para o grupo “responsabilização interna”, 127,84 reais para o grupo da “responsabilidade mínima” e 77,39 reais doados para o grupo “sem padrão de certificação. Aqui o valor doado diminuiu conforme diminuía o nível do *accountability*, mas essa diferença não foi significativa estatisticamente, por isso, não foi percebida essa influência no Voucher.

Para a verificação da influência do *accountability* na percepção de Confiança pública, obteve-se média de 5,32 no grupo “com certificação externa”; 5,52 no grupo “responsabilização interna”; 5,03 no grupo “responsabilidade mínima” e 3,24 para o grupo

“sem padrão”, numa escala likert de 7 pontos, percebe-se uma diminuição significativa da média para o grupo “sem padrão”, confirmando a influência do *accountability* na percepção de Confiança pública.

A mesma influência se verificou na Reputação, que obteve 5,3 de média para o grupo “com certificação externa”, 5,83 no grupo “responsabilização interna”, 4,98 para o grupo “responsabilidade mínima” e 3,24 no grupo “sem padrão”, também numa escala likert de 7 pontos. Essa queda significativa estatisticamente da média para o grupo “sem padrão” corrobora a influência do *accountability* na Reputação.

Já para a Qualidade percebida as médias foram de 5,36 para o grupo “com certificação externa”; 5,69 no grupo “responsabilização interna”; 5,16 para o grupo “responsabilidade mínima” e 3,30 no grupo “sem padrão”. A queda significativa da média para o grupo “sem padrão” mostra a influência do *accountability* também na Qualidade percebida.

A limitação percebida no estudo foi que, por algum motivo, vários participantes deixaram de responder o questionário na pergunta da doação de um Voucher. Se imagina que eles possam ter pensado que deveriam de fato, fazer a doação. Uma sugestão para solucionar essa limitação seria pensar em uma outra abordagem para essa pergunta.

Como sugestão de estudos futuros, poderia se fazer uma análise pela lógica dos gestores de empresas que doariam ou não, parte do seu imposto de renda para essas instituições ou até mesmo analisar outras instituições como as universidades.

Realizou-se esse estudo no intuito de verificar que, mais qualidade e transparência, podem aumentar a confiança e a intenção de doações para essas instituições, tão necessárias, principalmente em momento de crise humanitária, responsáveis por suprir necessidades que o Estado, cada vez mais, se omite em fornecer para a sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBEY, J. D.; MELOY, M. G. **Attention by design**: Using attention checks to detect inattentive respondents and improve data quality. *Journal of Operations Management*, v. 53–56, n. 1, p. 63–70, 2017.
- ALMEIDA, M. C.; FERREIRA, E. S. **Terceiro Setor**: Prestação de contas e suas implicações (2006). (Disponível em: <<http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br>>. Acesso em: 10 ago 2021.
- ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARMANI, D. **Mobilizar para transformar**: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2008.
- BARNEY, J. B. **Resource-based theories of competitive advantage**: A ten-year retrospective on the resource -based view. *Journal of management*, USA, v. 27, n. 6, p. 643-650, set., 2001.
- BARNEY, J. **Firm resources and sustained competitive advantage**. *Journal of Management*, Texas, v. 17, n. 1, p. 99-120, mar., 1991.
- BECKER A. **An Experimental Study of Voluntary Nonprofit Accountability and Effects on Public Trust, Reputation, Perceived Quality, and Donation Behavior**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol. 47(3) 562 –582, 2018.
- BEKKERS, R. **Trust, accreditation, and philanthropy in the Netherlands**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32, 596-615, 2003.
- BENJAMIN, L., VOIDA, A., & BOPP, C. **Campos de política, sistemas de dados e o desempenho organização sem fins lucrativos de serviços humanos**. *Gestão Humana, Liderança e Governança*, 42 (2), 185-204, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23303131.2017.1422072>> Acesso em: 15 ago 2021.
- BETELLA, G. F. C.; PIASSA, H. S.; MIGUEL, J. S.; ALVES, L. A. C. **Transparência das Informações Contábeis em Organizações do Terceiro Setor**: Um Estudo de Caso na APAE de Franca/SP. *Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online)*, v. 7, n. 1, edição 1, jan./dez. 2019.
- BOARD, J.; SUTCLIFFE, C.; WELLS, S. **Transparency and Fragmentation**: Financial Market Regulation in a Dynamic Environment. London: Palgrave Macmillan, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- _____. **Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 2003.

_____. **Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jul. 2011.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790>. Acesso em: 23 jun 2021.

BUCHHEIT, S.; PARSONS, L.M. **Uma investigação experimental de informações contábeis influência sobre o processo de doação individual.** *Jornal de Contabilidade e Políticas Públicas*, 25, 666-686, 2006.

CARNEIRO A.F.; OLIVEIRA D.L.; TORRES L. C. **Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade.** *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez. 2011.

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor: Um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: Senac, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** 2.ed. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_ManualFundacoes2ed.pdf>. Acesso em: 10 jun 2021.

COOPER, D. R., & SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração.** 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

COSTA, E.; RAMUS, T.; ANDREAUS, M. **Accountability as a managerial tool in non-profit organizations: evidence from Italian CSVs.** *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 22, p. 470-493, 2011.

CRUZ, C. **Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos.** *Revista Filantropia*, São Paulo, p.1, julho/agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/midia/eticatransp.htm>> Acesso em: 20 jun 2021.

DALL'AGNOL, C. F.; TONDOLO, R.R. P.; TONDOLO, V. A.G. e SARQUIS, A.B. **Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: Um Estudo de Casos Múltiplos Realizado no Sul do Brasil.** *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun., 2017

DALTO, C. C.; NOSSA, V.; MARTINEZ, A. L. **Recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).** *Revista Universo Contábil*, v. 10, n. 2, p. 6-23, 2014.

DECRETO No 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100>. Acesso em: 30 jun 2021.

DYE, R. A. **An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting.** *Journal of Accounting and Economics*, 32(1), 181–235, 2001.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2002.

DUARTE F. C. L.; PONTES L. F. A. G.; PAULO E. **Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance:** Eles Captam o que Deveriam Captar? *Rev. adm. contemp.* 21 (spe) • Abr 2017.

ECKERD, S. **Experiments in purchasing and supply management research.** *Journal of Purchasing and Supply Management*, v. 22, n. 4, p. 258–261, 2016.

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor:** um estudo sobre a construção das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação (Mestrado de Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de SP, São Paulo, 1999. Disponível em: <www.fea.usp.br>. Acesso em setembro 2021.

FENG, N. C., Gordon Neely, D. G., & Slatten, L. A. D. **Accountability standards for non-profit organizations:** Do organizations benefit from certification programs? *International Journal of Public Administration*, 39, 470-479, 2016.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

FRANÇA, R. D. **Sistemas de controle no terceiro setor:** Um estudo exploratório das Igrejas Batistas da Grande João Pessoa. Dissertação de Mestrado. Paraíba. UNB/UFPB/UFRN. 2007.

FREEMAN, R. E. **Strategic management:** a stakeholder approach. Massachusetts: Pitman, 1984.

GANDÍA, J. L. **Internet disclosure by nonprofit organizations:** empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, vol. 40, núm. 1, pp. 57-78, 2011.

GORDON, T. P.; KHUMAWALA S. B. **The demand for not-for-profit financial statements:** A model for individual giving. *Journal of Accounting Literature*, 18: 31–56, 1999.

GUGERTY, M. K. **Signaling virtue:** Voluntary accountability programs among nonprofit organizations. *Policy Sciences*, 42, 243-273, 2009.

GUIMARÃES, L. S. R. **Governança no terceiro setor:** estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresariais no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13052008-100642/>>. Acesso em: 13 jun 2021.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração.** Trad. LENE BELON RIBEIRO. Porto Alegre. Bookman, 2005.

HECKERT, C. R. **Qualidade de serviços em organizações do terceiro setor.** 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita.** Tradução de James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Governança corporativa,** 2011. Disponível em:
<<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 29 jun 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA– IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa.** São Paulo, 2010. Disponível em:
<<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 11 jun 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil - 2015.** Recuperado em junho de 2021. Disponível em:
<<https://mapaosc.ipea.gov.br/dados-indicadores.html/>> Acesso em: 15 jun 2021.

JUNIOR, A, L; DE OLIVEIRA, L. C. V; KILIMNIK, Z. M. **O Planejamento De Cenários, Como Aprendizado.** Profuturo: Programa De Estudos Do Futuro. São Paulo, v. 2, n. 3, pp. 03 - 32, Jan/jun. 2010.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria. **Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho.** BBR - Brazilian Business Review, vol. 8, núm. 2, pp. 96-118 FUCAPE Business School Vitória, Brasil, abril/junho, 2011.

KEARNS, K. P. **The strategic management of accountability in nonprofit organizations: an analytical framework.** Public Administration Review, V. 54, n. 2, p. 185-192, mar/apr, 1994.

MAFRA, W. A.; JUNQUEIRA, L. A. P. **Compliance para as organizações da sociedade civil - OSCs.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 09 ed, vol. 10, pp. 168-190. Setembro de 2018.

MARCUELLO, C.; SALAS, V. **Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain.** Public Finance Review, v. 29, n. 3, p. 183–207, 2001.

MARTINS, M.; MARTINS, V.F. **Governança corporativa no terceiro setor: um estudo de caso em fundação de serviços hospitalares.** Revista Mineira de Contabilidade, ISSN 1806-5988, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, Ano 15, nº 54, p. 6-13, abr./maio/jun. 2014.

MEDEIROS, P. M. **Doações no terceiro setor brasileiro: uma análise sobre o impacto das informações contábeis.** 92 fl.:il. 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

MENDONÇA, L. R.; MACHADO FILHO, C. A. P. **Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas.** Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), São Paulo, v. 39, n. 4, p. 302-308 out./nov./dez. 2004.

MILANI FILHO, M. A. F. **A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho.** 140p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo 2004. Disponível em: < www.fea.usp.br >. Acesso em junho 2021.

MILANI FILHO, M. A. F. **Transparência e Opacidade no Terceiro Setor: A Divulgação Financeira de Organizações Filantrópicas.** XV Congresso Brasileiro de Custos – Curitiba - PR, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2008.

MILANI FILHO, M. A. F.; MILANI, A. M. M. **Governança no terceiro setor: estudo sobre uma organização francesa do século XIX.** Revista Eletrônica de Ciência Administrativa. Campo Largo, v. 10, n. 1, p. 32-46, maio/2011.

MINDLIN, S. E. **A governança de fundações e institutos empresariais: um estudo exploratório.** 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MONTGOMERY, D.E. **Design and Analysis of Experiments.** New York: John Wiley and Sons, 1991.

MORRISON, J. SALIPANTE, P. - **Governance for Broadened Accountability: Blending Deliberate and Emergent Strategizing.** Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly - nonprofit volunt Sect. 2007.

NAKAGAWA, M. **Introdução à Controladoria: Conceitos, Sistemas, Implementação.** São Paulo: Saraiva, 2003.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor).** São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro setor).** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro setor).** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010

PAESE, C.; CATEN, t. C.; RIBEIRO, J. L. D. **Aplicação da Análise de Variância na Implantação do CEP.** Revista Produção, v. 11 n. 1, novembro de 2001.

PARSONS, L. M. **The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations.** Behavioral Research in Accounting, v. 19, p. 179-196, 2007.

PEREIRA M. L., LUCENA W. G. L. **Determinantes da divulgação voluntária do relatório de sustentabilidade nas empresas de energia elétrica e telecomunicações listadas na BM&FBOVESPA.** XXII Congresso Brasileiro de Custos – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015.

POLYVIOU, M.; RUNGTUSANATHAM, M. J.; RECZEK, R. W.; KNEMEYER, A. **M.Supplier non-retention post disruption: What role does Anger play?** Journal of Operations Management, v. 61, p. 1-14, 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALAMON, LM. **A emergência do terceiro setor - Uma revolução associativa global.** Revista de Administração, 33 (1), 5-1, 1998.

SALAMON, LM e SOKOLOWSKI, SW. **Além das organizações sem fins lucrativos: reconceituando o terceiro setor.** VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Organizations, 27 (4), 1515-1545. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11266-016-9726-z>> Acesso em: 02 set 2021.

SALAMON, L.; ANHEIER, H. **In search of the nonprofit sector I: the question of definitions.** Voluntas, vol. 3, n. 2, 1992.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., & LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa** 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, P. C.; SILVA, M. E. M. **O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor.** Revista Brasileira de Contabilidade. nº 170, p.35-46, Março/abril 2008.

SATHLER, L. **Governança no terceiro setor: Estudo descritivo-exploratório do comportamento de Conselhos Curadores de Fundações Empresariais no Brasil.** Tese. maio de 2008.

SAVAGE, G. T., NIX, T. W., WHITEHEAD, C. J., e BLAIR, J. D. **Strategies for assessing and managing organizational stakeholders.** Academy of Management Executive, 5(2), 61-75, 1991.

SAXTON, G. D., KUO, J. S., e HO, Y. C. **The determinants of voluntary financial disclosure by nonprofit organizations.** Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 41, 1051-1071, 2012.

SILVA, Dirceu da, LOPES, Evandro Luiz e JUNIOR, Sérgio Silva Braga. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec,** São Paulo, v. 5, n. 1, p 01-18, jan./abr. 2014.

STREINER, D. L. **Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter.** Journal of Personality Assessment. v. 80, p. 217-222. 2003.

SZPER, R., e PRAKASH, A. **Charity watchdogs and the limits of information-based regulation.** VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, 22, 112-141, 2011.

TAPSCOTT, D., e TICOLL, D. **A empresa transparente.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

TONDOLO, R., TONDOLO, V., LONGARAY, A., CAMARGO, M., BITENCOURT, C., & ZANANDREA, G. **Transparência e mobilização de recursos em tempos de crise: uma análise do setor sem fins lucrativos brasileiro.** In: FERREIRA, A.; MARQUES, R.; AZEVEDO, G. INÁCIO, H. & SANTOS, C. (Eds.). **Modernização e responsabilização no setor da economia social, IGI disseminador global do conhecimento.** Hershey, PA, EUA, pp. 57-75, 2019.

TONDOLO, R. R. P.; TONDOLO, V. A. G.; CAMARGO, M. E.; SARQUIS, A. B. **Transparência no Terceiro Setor: Uma proposta de construto e mensuração.** Espaços Públicos, v. 19, n. 47, p. 7-25, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Boas práticas em segurança da informação.** Brasília: TCU, 2008.

VALENCIA, L., QUEIRUGA, D., & GONZALEZ-BENITO, J. **Relação entre transparência e eficiência na alocação de recursos em organizações não governamentais de desenvolvimento.** VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, 26 (6), 2517- 2535, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11266-014-9527-1>> Acesso em: 15 set 2021.

VARGAS, S. I. **Governança nas entidades do terceiro setor: uma análise dos princípios de boa governança definidos pelo IBGC nas ONG's associadas à ABONG, sediadas nas regiões sul e sudeste do Brasil.** 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052008-122702/>>. Acesso em: 09 jun 2021.

VERRECCHIA, R. **Essays on disclosure.** Journal of Accounting and Economics, n32, 97 180, 2001.

WASON, K. D; POLONSKY, M. J; HYMAN, M. R. **Designing Vignette Studies in Marketing.** Australasian Marketing Journal, v. 10, n. 3, p. 41-58, 2002.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. **Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior?** Journal of Public. Economics, v. 30, n. 1, p. 83–96, 1986.

WILLEMS, J., WALDNER, C. J., DERE, Y. I., MATSUO, Y., e HÖGY, K. **The role of formal third-party endorsements and informal self-proclaiming signals in nonprofit reputation building.** Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 46, 1092-1105, 2017.

Vinheta

A1. Página inicial

Obrigado por fazer parte desta pesquisa. Sua participação é muito importante para o sucesso deste estudo. Todas as informações sobre você coletadas no questionário são anônimas e confidenciais. Por isso, não existem respostas certas ou erradas, apenas respostas verdadeiras para você. Estamos usando nomes de empresas fictícias. A qualquer momento você está livre para deixar a pesquisa e não responder ao questionário.

Essa experiência levará em torno de 4 minutos.

A2. Módulo comum

Dentro das suas atividades cotidianas você ficou conhecendo sobre a VISION AID, uma organização humanitária sem fins lucrativos com as seguintes características:

Visão e Motivação

VisionAID é uma organização humanitária que opera nacional e internacionalmente. Esta organização trabalha em prol de um mundo no qual todas as pessoas possam ter a chance de uma vida digna e livre da fome ou de qualquer necessidade.

O trabalho da *VisionAID* baseia-se em três pilares essenciais: o combate à pobreza e à fome, proteção dos direitos humanos, e auxílio rápido em situações emergenciais. O auxílio é independente de raça, religião ou visão política.

A.3 Manipulações

A.3.1 Responsabilização Externa com Certificação Voluntária

Qualidade e Transparência

A *VisionAID* possui padrão de qualidade e transparência certificados externamente.

O que significa:

- ✓ A *VisionAID* cumpre **códigos de conduta externamente pré-definidos** com relação à qualidade e transparência.
- ✓ A *VisionAID* passa por um **exame externo** independente e adicional, que ocorre de forma anual, por **comprometimento voluntário com o aumento dos padrões de qualidade e transparência**.
- ✓ **Vai além do padrão mínimo estabelecido por instituições governamentais**.
- ✓ **Uma instância externa e independente** controla os relatórios anuais e a prestação de contas da *VisionAID*.
- ✓ O **conhecido selo de aprovação Internacional** confirma que a *VisionAID* lida com os fundos recebidos

de forma responsável e transparente.

A.3.2 Responsabilização Interna

Qualidade e Transparência

A VisionAID possui padrões de qualidade e transparência internos.

O que significa:

- ✓ A VisionAID cumpre **códigos de conduta internos** com relação à qualidade e transparência.
- ✓ A VisionAID passa por um **exame anual interno por comprometimento voluntário com os padrões de qualidade e transparência**.
- ✓ **Vai além do padrão mínimo estabelecido por instituições governamentais.**

Uma **instância interna da VisionAID** controla os relatórios anuais e a prestação de contas da VisionAID

A.3.3 Responsabilidade Legal Mínima

Qualidade e Transparência

A VisionAID possui padrões de qualidade e transparência **mínimos estabelecidos por instituições governamentais**.

O que significa:

A VisionAID cumpre **códigos de conduta** com relação à qualidade e à transparência.

A.3.4 Sem Padrão

Qualidade e Transparência

VisionAID não possui um padrão de qualidade e transparência.

O que significa:

- ✓ A VisionAID **não cumpre códigos de conduta** com relação à qualidade e transparência.
 - ✓ A VisionAID **não passa por um exame anual pelo comprometimento voluntário com os padrões de qualidade e transparência**.
- ✓ **Não vai além do padrão mínimo estabelecido por instituições governamentais.**
- ✓ **Nenhuma instância** controla os relatórios anuais e a prestação de contas da VisionAID.

A.4.1 Intenção de Doação

Com base no cenário descrito, quanto você estaria disposto a realizar uma doação para a VISION AID?

Pouco disposto (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Muito Disposto

Se você recebesse um voucher de \$300 reais, quanto desse valor você destinaria à VISION AID? Informe um valor entre 0 e 300 reais

A.4.2 Confiança Pública

1	Eu confio que a Vision Aid sempre irá agir levando em conta os melhores interesses da causa.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
2	Eu confio que a Vision Aid irá conduzir suas operações de forma ética.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
3	Eu confio a Vision Aid irá utilizar os fundos arrecadados de forma apropriada.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente

A.4.3 Reputação

1	A VisionAID é uma organização com a qual me identifico.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
2	A VisionAID é uma organização da qual eu sentiria falta se deixasse de existir.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
3	Eu considero a VisionAID uma organização amigável.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
4	VisionAID é uma empresa sem fins lucrativos líder em atuação.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
5	Até onde sei, a VisionAID é reconhecida de forma mundial.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente
6	Acredito que a VisionAID tenha desempenho em nível de excelência no campo do auxílio humanitário.	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo Totalmente

A.4.4 Qualidade percebida

A qualidade da VisionAID é alta.	Discordo	1	2	3	4	5	6	7	Concordo
	Totalmente								Totalmente

A.5 Teste de manipulação

Considerando as informações recebidas:

1	A Vision AID possui certificação internacional de transparência e qualidade	Discordo	1	2	3	4	5	6	7	Concordo
		Totalmente								Totalmente

A.6 Teste de realismo

O caso apresentado é realista

Nem um pouco realista (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Muito realista

O caso apresentado é interessante

Nem um pouco interessante (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Muito interessante

A.7 Teste de Atenção

Qual era seu papel no caso?

() funcionário da Vision AID () Potencial doador

A.8 Questões Gerais

Gostaríamos de saber um pouco mais sobre você. Indique o quanto você concorda com as seguintes afirmações de (1) discordo totalmente a (7) concordo totalmente.

A.8.1 Atitudes rumo a transparência

Em geral, acredito que padrões de qualidade e transparência são importantes para arrecadação de fundos para organizações.

Em geral, acredito que padrões externos de qualidade e transparência, como selos de aprovação e certificação de outras organizações são importantes para arrecadação de fundos para organizações.

Características gerais

A.8.2 Informe a sua idade

Com qual gênero você mais se identifica?

Feminino

Masculino

Outro

A.8.3 Sobre ser voluntário de uma organização sem fins lucrativos, você?

Já foi voluntário

Nunca foi voluntário

A.8.4 Sobre ser doador de recursos financeiros para uma organização sem fins lucrativos, você?

Já doou

Nunca doou

APÊNDICE

Tabelas completas das análises da ANOVA.

TABELA 1 – Intenção de doação

Intenção de doação							
Descritivos							
		Estatística	Bootstrap ^a				
			Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%		
		Inferior			Superior		
Com certificação externa	N	28		5	20	36	
	Média	5,18	-,01	,34	4,48	5,85	
	Desvio padrão	1,827	-,048	,232	1,412	2,118	
	Modelo padrão	,345					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,47				
		Limite superior	5,89				
	Mínimo	1					
	Máximo	7					
Responsabilidade interna	N	36		5	28	45	
	Média	5,53	,00	,28	4,94	6,05	
	Desvio padrão	1,647	-,043	,233	1,217	1,982	
	Modelo padrão	,275					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,97				
		Limite superior	6,09				
	Mínimo	1					
	Máximo	7					
Responsabilidade	N	31		5	22	40	

dade mínima	Média	4,97	,02	,33	4,24	5,66	
	Desvio padrão	1,853	- ,052	,214	1,436	2,137	
	Modelo padrão	,333					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,29				
		Limite superior	5,65				
	Mínimo	1					
	Máximo	7					
Sem padrão	N	23		4	16	31	
	Média	3,13	-,01	,49	2,19	4,04	
	Desvio padrão	2,282	- ,072	,233	1,850	2,516	
	Modelo padrão	,476					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	2,14				
		Limite superior	4,12				
	Mínimo	1					
Máximo	7						

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 2 - Teste de Levene

Test of Homogeneity of Variances

Intenção de doação			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
2,208	3	114	,091

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 3 – Teste de Welch

Robust Tests of Equality of Means

Intenção de doação				
	Estatística ^a	df1	df2	Sig.
Welch	6,324	3	58,389	,001

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 4 – Teste Post Hoc

Bootstrap para Comparações múltiplas

Intenção de doação							
(I) Accountability			Diferença média (I-J)	Bootstrap ^a			
				Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
						Inferior	Superior
Hochberg	Com certificação externa	Responsabilização interna	-,349	-,002	,436	-1,190	,509
		Responsabilidade mínima	,211	-,022	,463	-,749	1,073
		Sem padrão	2,048	,003	,583	,864	3,131
	Responsabilização interna	Com certificação externa	,349	,002	,436	-,508	1,190
		Responsabilidade mínima	,560	-,020	,431	-,267	1,337
		Sem padrão	2,397	,006	,564	1,236	3,530
	Responsabilidade mínima	Com certificação externa	-,211	,022	,463	-1,127	,783
		Responsabilização interna	-,560	,020	,431	-1,482	,385

	Sem padrão	1,837	,026	,591	,537	3,090
Sem padrão	Com certificação externa	-2,048	-,003	,583	-3,161	-,815
	Responsabilidade interna	-2,397	-,006	,564	-3,466	-1,328
	Responsabilidade mínima	-1,837	-,026	,591	-2,927	-,756

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 5 - Voucher

Descritivos

Voucher		Estatística	Bootstrap ^a				
			Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%		
					Inferior	Superior	
Com certificação externa	N	28		5	20	36	
	Média	141,32	1,13	19,48	104,54	185,12	
	Desvio padrão	102,874	-2,039	9,678	83,075	115,101	
	Modelo padrão	19,441					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	101,43				
		Limite superior	181,21				
	Mínimo	7					
	Máximo	300					
Responsabilidade interna	N	36		5	28	43	
	Média	134,83	,39	16,53	101,07	169,67	

	Desvio padrão	99,058	-1,601	8,677	82,624	110,513	
	Modelo padrão	16,510					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	101,32				
		Limite superior	168,35				
	Mínimo	4					
	Máximo	300					
Responsabilidade mínima	N	31		5	23	40	
	Média	127,84	,13	18,82	90,02	168,71	
	Desvio padrão	104,54 1	-2,171	8,892	87,395	115,440	
	Modelo padrão	18,776					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	89,49				
		Limite superior	166,18				
	Mínimo	8					
Máximo	300						
Sem padrão	N	23		4	16	31	
	Média	77,39	,29	20,03	41,30	117,69	
	Desvio padrão	95,202	-3,147	16,325	60,516	118,354	
	Modelo padrão	19,851					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	36,22				
		Limite superior	118,56				

	Mínimo	0				
	Máximo	300				

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 6 – Teste de Levene

Test of Homogeneity of Variances

Voucher

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
,355	3	114	,786

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 7 – Teste de Welch

Robust Tests of Equality of Means

Voucher

	Estatística ^a	df1	df2	Sig.
Welch	2,198	3	60,535	,098

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 8 – Teste Post Hoc

Bootstrap para Comparações múltiplas

Voucher

(I) Accountability	Diferença média (I- J)	Bootstrap ^a			
		Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
				Inferior	Superior

Hochberg	Com certificação externa	Responsabilização interna	6,488	,739	24,899	-41,803	61,243
		Responsabilidade mínima	13,483	,994	26,844	-37,415	69,815
		Sem padrão	63,930	,833	28,279	1,206	122,624
	Responsabilização interna	Com certificação externa	-6,488	- ,739	24,899	-58,804	39,874
		Responsabilidade mínima	6,995	,255	24,927	-41,065	57,747
		Sem padrão	57,442	,094	25,274	2,024	104,024
	Responsabilidade mínima	Com certificação externa	-13,483	- ,994	26,844	-67,493	36,563
		Responsabilização interna	-6,995	- ,255	24,927	-58,912	42,007
		Sem padrão	50,447	- ,161	27,115	-6,141	102,131
Sem padrão	Com certificação externa	-63,930	- ,833	28,279	-116,511	-8,378	
	Responsabilização interna	-57,442	- ,094	25,274	-102,910	-2,907	
	Responsabilidade mínima	-50,447	,161	27,115	-99,084	2,672	

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 9 – Confiança Pública

Descritivos

Confiança Média		
	Estatística	Bootstrap ^a

			Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%		
					Inferior	Superior	
Com certificação externa	N	28		5	19	37	
	Média	5,3214	,0047	,3473	4,5979	6,0305	
	Desvio padrão	1,86694	-,05120	,25788	1,35164	2,21936	
	Modelo padrão	,35282					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,5975				
		Limite superior	6,0454				
	Mínimo	1,00					
	Máximo	7,00					
Responsabilidade interna	N	36		5	27	44	
	Média	5,5278	,0052	,2340	5,0293	6,0000	
	Desvio padrão	1,42400	-,03220	,12735	1,19801	1,58237	
	Modelo padrão	,23733					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	5,0460				
		Limite superior	6,0096				
	Mínimo	2,00					
	Máximo	7,00					
Responsabilidade mínima	N	31		5	23	38	
	Média	5,0323	,0116	,3028	4,4000	5,6364	
	Desvio padrão	1,68293	-,04381	,21387	1,28725	1,98251	
	Modelo	,30226					

	padrão					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,4150			
		Limite superior	5,6496			
	Mínimo	1,00				
	Máximo	7,00				
Sem padrão	N	23		4	15	31
	Média	3,6957		-,0036	,4440	2,8200
	Desvio padrão	2,16238		-,0538	,21438	1,7667
	Modelo padrão	,45089				2,40894
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	2,7606			
		Limite superior	4,6307			
	Mínimo	1,00				
	Máximo	7,00				

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 10 – Teste de Levene

Test of Homogeneity of Variances

Confiança Média			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
2,238	3	114	,088

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 11 – Teste de Welch

Robust Tests of Equality of Means

Confiança Média				
	Estatística ^a	df1	df2	Sig.
Welch	4,340	3	57,470	,008

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 12 – Teste Post Hoc

Bootstrap para Comparações múltiplas

Confiança Média							
(I) Accountability			Diferença média (I-J)	Bootstrap ^a			
				Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
						Inferior	Superior
Hochberg	Com certificação externa	Responsabilidade interna	-,20635	-,0004 8	,42087	-1,11264	,55594
		Responsabilidade mínima	,28917	-,0069 3	,45928	-,57243	1,15385
		Sem padrão	1,6257 8	,0082 6	,56025	,44940	2,81678
	Responsabilidade interna	Com certificação externa	,20635	,0004 8	,42087	-,54524	1,08835
		Responsabilidade mínima	,49552	-,0064 5	,38364	-,18321	1,23176
		Sem padrão	1,8321 3	,0087 4	,49499	,78195	2,88619
	Responsabilidade mínima	Com certificação externa	-,28917	,0069 3	,45928	-1,21815	,65575
		Responsabilidade	-,49552	,0064	,38364	-1,35769	,26850

	zação interna		5			
	Sem padrão	1,3366 1	,0151 9	,54531	,18282	2,47420
Sem padrão	Com certificação externa	-1,6257 8	-,0082 6	,56025	-2,66263	-,56978
	Responsabilidade interna	-1,8321 3	-,0087 4	,49499	-2,71685	-,89295
	Responsabilidade mínima	-1,3366 1	-,0151 9	,54531	-2,34600	-,31791

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 13 – Qualidade percebida

Descritivos

Qualidade		Estatística	Bootstrap ^a			
			Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
						Inferior
Com certificação externa	N	28		5	19	38
	Média	5,36	,00	,31	4,69	5,97
	Desvio padrão	1,704	-,045	,202	1,366	1,962
	Modelo padrão	,322				
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,70			
	Limite superior	6,02				

	Mínimo	1					
	Máximo	7					
Responsabilização interna	N	36		5	28	44	
	Média	5,69	-,01	,24	5,20	6,10	
	Desvio padrão	1,411	-,024	,115	1,205	1,556	
	Modelo padrão	,235					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	5,22				
		Limite superior	6,17				
	Mínimo	3					
	Máximo	7					
Responsabilidade mínima	N	31		5	23	39	
	Média	5,16	,00	,27	4,61	5,67	
	Desvio padrão	1,551	-,036	,206	1,180	1,845	
	Modelo padrão	,279					
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,59				
		Limite superior	5,73				
	Mínimo	1					
	Máximo	7					
Sem padrão	N	23		4	16	31	
	Média	3,30	,00	,49	2,45	4,31	
	Desvio padrão	2,420	-,050	,232	1,933	2,718	
	Modelo padrão	,505					
	Intervalo de confiança	Limite inferior	2,26				
		Limite superior	4,35				

	a de 95% para média	superio r					
	Mínimo		1				
	Máximo		7				

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 14 – Teste de Levene

Test of Homogeneity of Variances

Qualidade			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
5,918	3	114	,001

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 15 – Teste de Welch

Robust Tests of Equality of Means

Qualidade				
	Estatística ^a	df1	df2	Sig.
Welch	6,074	3	57,176	,001

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 16 – Teste Post Hoc

Bootstrap para Comparações múltiplas

Qualidade							
(I) Accountability			Diferen ça média (I-J)	Bootstrap ^a			
Games- Howell	Com certificação	Responsabili zação interna		Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
						Inferior	Superior
			-,337	,014	,396	-1,247	,520

externa	Responsabilidade mínima	,196	,003	,415	-,614	,999
	Sem padrão	2,053	-,005	,595	,826	3,158
Responsabilidade interna	Com certificação externa	,337	-,014	,396	-,400	1,036
	Responsabilidade mínima	,533	-,011	,344	-,125	1,158
	Sem padrão	2,390	-,019	,557	1,266	3,379
Responsabilidade mínima	Com certificação externa	-,196	-,003	,415	-1,010	,655
	Responsabilidade interna	-,533	,011	,344	-1,263	,188
	Sem padrão	1,857	-,008	,558	,739	2,884
Sem padrão	Com certificação externa	-2,053	,005	,595	-3,167	-,823
	Responsabilidade interna	-2,390	,019	,557	-3,428	-1,193
	Responsabilidade mínima	-1,857	,008	,558	-2,897	-,724

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 17 – Reputação

Descritivos

Reputação Média

	Estatística	Bootstrap ^a			
		Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
				Inferior	Superior

Com certificação externa	N		28		5	21	36
	Média		5,3036	,0176	,3105	4,6424	5,9764
	Desvio padrão		1,6518	-,04651	,21867	1,2705	1,94988
	Modelo padrão		,31216				
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,6631				
		Limite superior	5,9441				
	Mínimo		1,00				
	Máximo		7,00				
Responsabili zação interna	N		36		5	27	46
	Média		5,8333	-,0082	,1931	5,4209	6,1750
	Desvio padrão		1,1711	-,01752	,08324	1,0233	1,27748
	Modelo padrão		,19518				
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	5,4371				
		Limite superior	6,2296				
	Mínimo		3,50				
	Máximo		7,00				
Responsabili dade mínima	N		31		5	23	40
	Média		4,9839	,0076	,3049	4,4055	5,5936
	Desvio padrão		1,7344	-,04684	,21551	1,3415	2,02987
	Modelo padrão		,31150				
	Intervalo de confiança de 95% para	Limite inferior	4,3477				
		Limite superior	5,6200				

	média					
	Mínimo	1,00				
	Máximo	7,00				
Sem padrão	N	23		4	16	30
	Média	3,2391	-,0004	,4423	2,3913	4,1418
	Desvio padrão	2,1578	-,04802	,23500	1,6743	2,47520
	Modelo padrão	,44993				
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	2,3060			
		Limite superior	4,1722			
	Mínimo	1,00				
	Máximo	7,00				

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 18 – Teste de Levene

Test of Homogeneity of Variances

Reputação Média			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
4,080	3	114	,009

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 19 – Teste de Welch

Robust Tests of Equality of Means

Reputação Média				
	Estatística ^a	df1	df2	Sig.
Welch	9,595	3	55,980	,000

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 20 – Teste Post Hoc

Bootstrap para Comparações múltiplas

Reputação Média			Diferença média (I-J)	Bootstrap ^a			
(I) Accountability				Viés	Modelo padrão	Intervalo de confiança BCa 95%	
						Inferior	Superior
Games- Howell	Com certificação externa	Responsabili zação interna	-,52976	,025 80	,37837	-1,2714 7	,27348
		Responsabili dade mínima	,31970	,010 06	,42682	-,55628	1,14802
		Sem padrão	2,0644 4	,018 00	,54751	,97506	3,26883
	Responsabili zação interna	Com certificação externa	,52976	- ,025 80	,37837	-,20741	1,20848
		Responsabili dade mínima	,84946	- ,015 73	,36137	,14220	1,51648
		Sem padrão	2,5942 0	- ,007 80	,47400	1,5690 4	3,50584
	Responsabili dade mínima	Com certificação externa	-,31970	- ,010 06	,42682	-1,0837 9	,48723
		Responsabili zação interna	-,84946	,015 73	,36137	-1,5523 3	-,06167
		Sem padrão	1,7447 4	,007 94	,53366	,61674	2,78859

	Sem padrão	Com certificação externa	-2,0644 4	- ,018 00	,54751	-3,1165 5	-1,06954
		Responsabili zação interna	-2,5942 0	,007 80	,47400	-3,4412 6	-1,62474
		Responsabili dade mínima	-1,7447 4	- ,007 94	,53366	-2,7254 5	-,68305

Fonte: Dados da Pesquisa

RELATÓRIO TÉCNICO

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou verificar a influência do *accountability* nas percepções de confiança pública, qualidade percebida, reputação e intenção de doação, com possíveis doadores das organizações do terceiro setor. Uma vez que as contribuições, doações e subvenções, são as principais fontes de receita das entidades sem fins lucrativos, e estas, provém de forma externa, a necessidade de prestar contas dessas receitas, torna-se um

elemento indispensável para a sobrevivência das mesmas (OLAK e NASCIMENTO, 2010). Com o estudo, pretende-se criar um plano de ação, para ser apresentado as organizações e a esses doadores, a fim de contribuir com o nível de informação disponível, para esse segmento. Esse plano de ação seria um banco de dados com informações tanto para as organizações, sobre os níveis de *accountability* e de estudos que mostrem a influência do *accountability* na confiança, reputação, qualidade percebida e na intenção de doação; como também informações para os doadores, informando quais formas de *accountability* tem cada instituição. Dessa forma, busca contribuir com o planejamento tanto, dessas organizações como, dos possíveis doadores, facilitando o vínculo entre eles. O plano objetiva também facilitar o processo de decisão desses doadores e manter informações disponíveis para as instituições de como melhorar a qualidade e a transparência, aqui no Brasil, à exemplo do site www.fundacionlealtad.org que tem a mesma proposta na Espanha.

A proposta dessa Fundação é de ser um avaliador independente visando fomentar a confiança no setor das ONGs entre os doadores e a sociedade espanhola em geral, a fim de aumentar as doações e outros tipos de colaborações. Eles desenvolveram a primeira metodologia de monitoramento de ONGs na Espanha com base em uma série de padrões de transparência e boas práticas. Desde 2001, monitoram mais de 1.000 ONGs, inspirando iniciativas semelhantes na Espanha e na América Latina para trabalhar para aumentar a responsabilidade das instituições de caridade. Além disso, os doadores espanhóis reconheceram a importância desse trabalho como fonte de informação pública. Sua principal atividade é promover a transparência e as melhores práticas das ONGs.

Essa proposta para o Brasil, a exemplo da *Fundación Lealtad*, também seria para incentivar as doações e aumentar a confiança no setor das organizações do terceiro setor.

SETOR

- Organizações do terceiro setor.

PÚBLICO ALVO

- Gestores das Organizações do Terceiro Setor
- Doadores dessas organizações

SITUAÇÃO PROBLEMA

As organizações possuem três categorias: o primeiro, o segundo e o terceiro setor. O primeiro setor é composto pelas organizações governamentais; o segundo setor é composto pelas empresas privadas ou particulares; e, as organizações do terceiro setor são formadas pelas entidades sem fins lucrativos, tais como associações, ONGs e fundações (DALL'AGNOL *et al.*, 2017).

O terceiro setor manifestou-se da necessidade de preencher demandas sociais que não eram atendidas pelos governos (primeiro setor) devido a crises que diminuía o poder do Estado (SALAMON, 1998). Diversamente do setor privado tradicional, seu objetivo não é auferir o lucro, mas sim desenvolver atividades relacionadas às causas sociais nas mais diversas áreas, como saúde, cidadania, assistência social, defesa de direitos e educação (SALAMON e SOKOLOWSKI, 2016).

As organizações sem fins lucrativos realizam uma função importante na sociedade brasileira. Elas realizam diversos tipos de atividades, que contribuem para o produto interno bruto, bem como fomentando e dando acesso a diversos tipos de serviços à população brasileira. Dados recentes indicam a existência de 400 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil (IPEA, 2015).

O surgimento do Terceiro Setor, a partir da própria sociedade civil, foi na tentativa de corrigir deficiências, em decorrência da incapacidade por parte do Estado em atender às necessidades sociais da sociedade (BETELLA *et al.*, 2019). Ainda segundo esses autores, a transparência e a prestação de contas para as organizações do Terceiro Setor está se intensificando atualmente, a partir da preocupação dos cidadãos e usuários de serviços públicos.

Segundo Cruz (2002, p. 1): “[...] o doador raciocina da seguinte forma: se não sabe de que maneira seus recursos foram aplicados, se não se sente capaz de vislumbrar resultados, não tem estímulo para doar mais”. Por isso, é importante que tais entidades demonstrem as aplicações de recursos para aqueles que financiam suas atividades, sejam órgãos governamentais ou a sociedade em geral, e que estão exercendo sua função social. Ao realizar um papel de interesse social, espera-se que as organizações do Terceiro Setor, apresentem de modo transparente, seu portfólio de projetos e seus resultados e recursos obtidos. Um importante mecanismo de transparência é a prestação de contas, composta por elementos históricos da entidade, com a apresentação de demonstrações contábeis, que sejam visíveis aos olhos de terceiros, não somente às partes interessadas (OLAK e NASCIMENTO, 2010).

Ao realizar um papel de interesse social, espera-se que as organizações do Terceiro Setor, apresentem de modo transparente, seu portfólio de projetos e seus resultados e recursos obtidos. Um importante mecanismo de transparência é a prestação de contas, composta por elementos históricos da entidade, com a apresentação de demonstrações contábeis, que sejam visíveis aos olhos de terceiros, não somente às partes interessadas (OLAK e NASCIMENTO, 2010).

A transparência e a prestação de contas para as instituições do Terceiro Setor têm se tornado decisivo, seja pela preocupação dos gestores e financiadores, seja pela imposição da sociedade frente aos escândalos envolvendo as ONGs. Ponderação, que reflete nas práticas organizacionais e atravessa fronteiras, uma vez que leva os pesquisadores na busca de maiores informações sobre esse tema nos mais diversos continentes (TONDOLO *et al.*, 2016).

No entanto, estudos mostram a relevância da divulgação das demonstrações contábeis e a prestação de contas (*accountability*) à sociedade, uma vez que essas práticas influenciam a quantidade de doações recebidas (GANDÍA, 2011). O termo *accountability* se refere à prestação de contas da fundação aos seus interessados. Assim, a atuação dos agentes da governança é dotada de responsabilidades e oportunidades, visto que o cumprimento dessa obrigação gera credibilidade e confiança, interferindo positivamente em futuras parcerias ou projetos, até mesmo internacionais (VARGAS, 2008).

OBJETIVOS DA PESQUISA E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A pesquisa tem como objetivo principal verificar o efeito da adoção de *accountability* na percepção de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação com potenciais doadores no Brasil.

Desenvolver uma vinheta contendo o cenário de pesquisa. Validar a vinheta e as manipulações das variáveis de interesse.

Identificar o efeito da adoção de *accountability* nas percepções de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação nas organizações sem fins lucrativos.

Desenvolver uma proposta de intervenção a partir dos resultados que contribua para facilitar a interação entre doadores e organizações, influenciando essas a adotar o *accountability*, como forma de aumentar a percepção de confiança, reputação, qualidade e a intenção de doação.

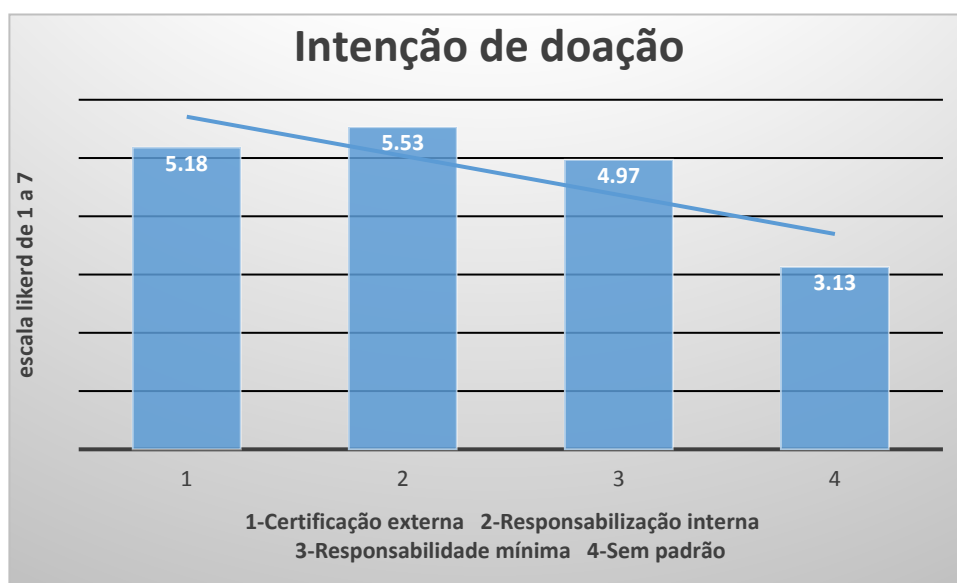
A vinheta foi desenvolvida com base em um contexto que se assemelha à realidade dos doadores em potencial, das organizações do terceiro setor. Quanto à validação da vinheta foi verificado o grau de realismo do cenário apresentado por meio de uma questão utilizando uma escala Likert de 7 pontos e a técnica estatística utilizada foi a análise de variância (ANOVA). Obteve-se resposta média acima de 5,00, portanto, em média o cenário foi considerado realístico pelos participantes (HORA e KLASSEN, 2013).

Para validar as manipulações das variáveis de interesse, foi realizada uma pesquisa com brasileiros maiores de 18 anos. 183 indivíduos acessaram o questionário e 123 preencheram completamente a pesquisa, destes, 118 foram considerados válidos por terem respondido corretamente à pergunta de atenção. Além disso, a média de idade dos sujeitos foi de 35,53 anos.

Os níveis de *accountability* (Certificação externa, Responsabilização interna, Responsabilidade mínima, e Sem padrão), foi usado as seguintes variáveis dependentes: confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação.

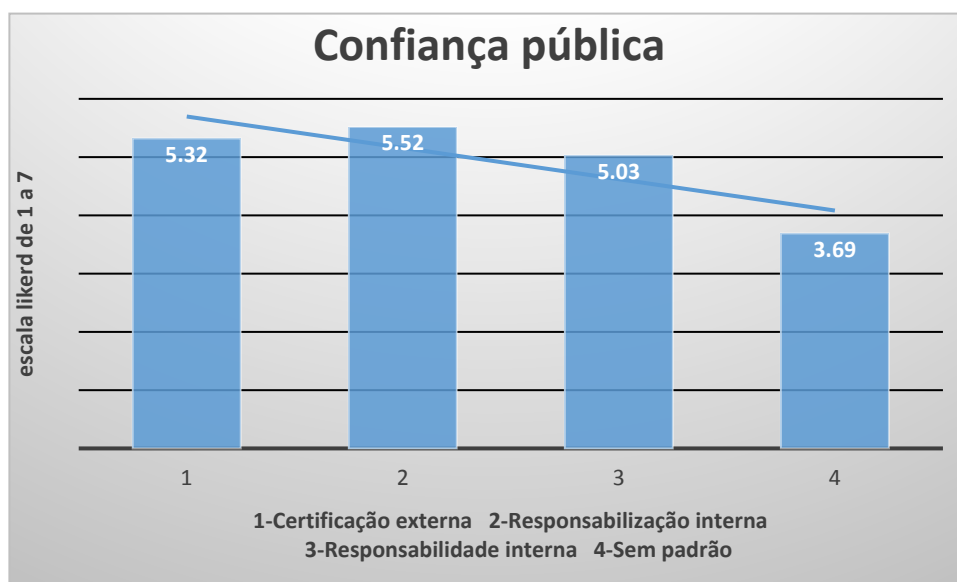
Na variável intenção de doação, a maior média foi percebida no nível de *accountability*, “responsabilização interna” e a menor, para o nível “sem padrão”. Essa diferença foi significativa e em relação a todos os outros níveis de *accountability*. Também para a confiança pública, reputação e qualidade percebida, o comportamento das médias se manteve o mesmo. Sempre a maior média no nível de “responsabilização interna” e a média do nível “sem padrão” com uma diferença significativa em relação a todos os outros níveis. Dessa forma, confirmando que o *accountability*, influencia na percepção de confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação. Conforme mostram os gráficos 1, 3, 4 e 5.

Gráfico 1



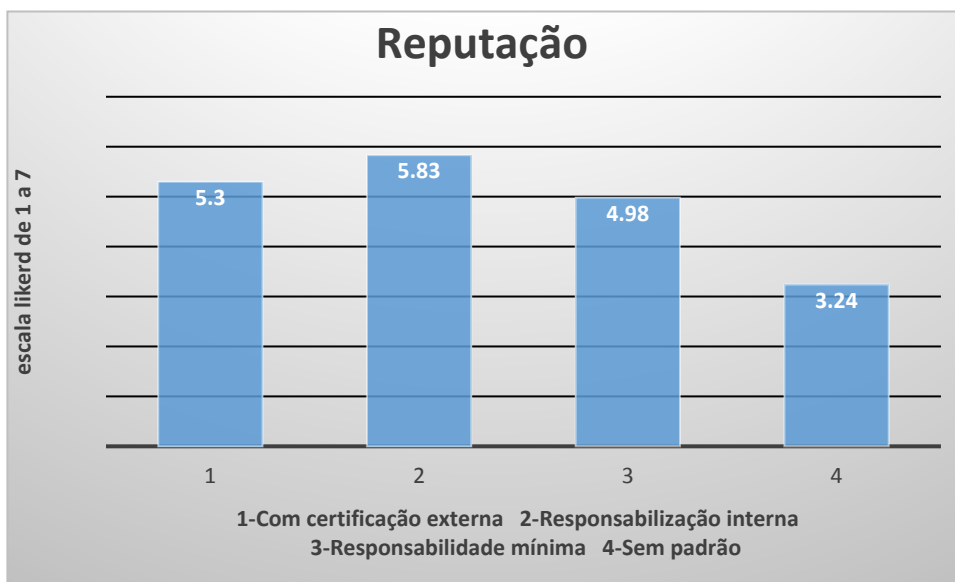
Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 3



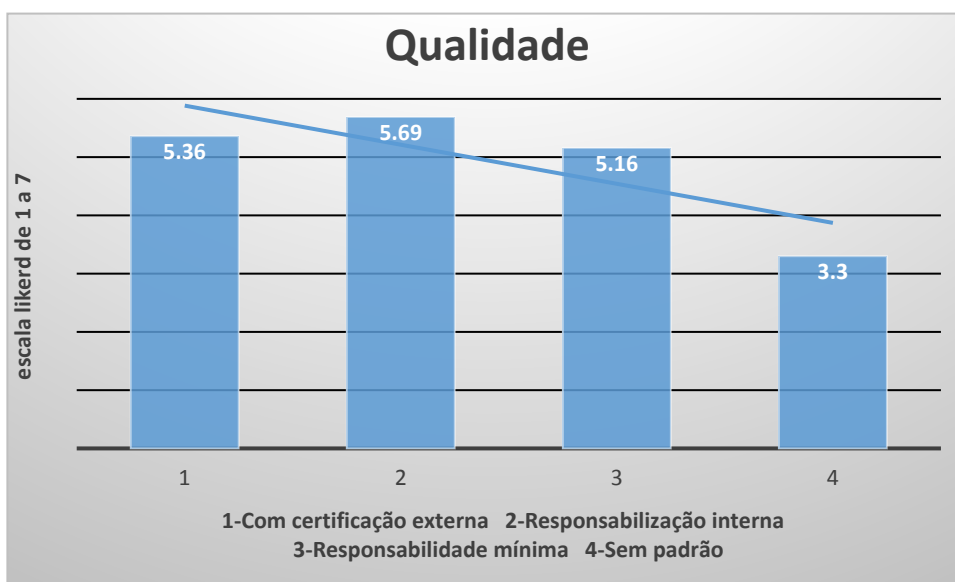
Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 4



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 5



Fonte: Dados da Pesquisa

ANÁLISE SITUACIONAL E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho pretendeu identificar a existência da influência do *accountability*, na percepção de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação com potenciais doadores das organizações do terceiro setor no Brasil. Para tanto, realizou pesquisa com possíveis doadores dessas organizações. Segundo os resultados encontrados na pesquisa, o *accountability* influenciou significativamente nesses pontos.

Conforme análise situacional, os potenciais doadores das instituições do terceiro setor, tendem a confiar mais em instituições com algum nível de *accountability* e isso se repete com a reputação, com a qualidade percebida e com a intenção de doação. Dessa forma, um instrumento que no mesmo lugar possua informações, tanto para quem faz a gerência dessas organizações, quanto para os doadores, ajudaria e facilitaria o acesso as informações sobre as partes envolvidas.

Para as organizações, informações sobre a influência positiva do *accountability*, níveis e formas de obtenção, cadastro para possíveis doadores e para esses, todas as informações disponíveis sobre as organizações, seus objetivos e tudo que é feito em prol da qualidade e transparência.

O Instrumento sugerido seria um site, a exemplo do site espanhol www.fundacionlealtad.org, pois, até o momento, se desconhece, aqui no Brasil, um site que possua essas informações.

O terceiro setor manifestou-se da necessidade de preencher demandas sociais que não eram atendidas pelos governos (primeiro setor) devido a crises que diminuía o poder do Estado (SALAMON, 1998). As organizações do terceiro setor, são cada vez mais importantes para a sociedade e academia devido à importância de seu papel social e segundo esse autor, é complementar à atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas em vários setores que envolvem a população em vulnerabilidade social. Portanto, um fomento desse setor deverá proporcionar um aumento do produto dessas organizações, facilitando para que cheguem a quem de fato precisa.

REFERÊNCIAS

- BETELLA, G. F. C.; PIASSA, H. S.; MIGUEL, J. S.; ALVES, L. A. C. **Transparência das Informações Contábeis em Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo de Caso na APAE de Franca/SP.** *Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online)*, v. 7, n. 1, edição 1, jan./dez. 2019.
- CRUZ, C. **Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos.** *Revista Filantropia*, São Paulo, p.1, julho/agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/midia/eticatransp.htm>> Acesso em: 20 jun 2021.
- DALL'AGNOL, C. F.; TONDOLO, R.R. P.; TONDOLO, V. A.G. e SARQUIS, A.B. **Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: Um Estudo de Casos Múltiplos Realizado no Sul do Brasil.** *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun., 2017.
- HORA, M.; KLASSEN, R. D. **Learning from others' misfortune: Factors influencing knowledge acquisition to reduce operational risk.** *Journal of Operations Management*, v. 31, p. 52-61, 2013.
- GANDÍA, J. L. **Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain.** *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, vol. 40, núm. 1, pp. 57-78, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil - 2015.** Recuperado em junho de 2021. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/dados-indicadores.html/>> Acesso em: 15 jun 2021.
- OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor).** São Paulo: Atlas, 2010.
- SALAMON, LM. **A emergência do terceiro setor - Uma revolução associativa global.** *Revista de Administração*, 33 (1), 5-1, 1998.
- SALAMON, LM e SOKOLOWSKI, SW. **Além das organizações sem fins lucrativos: reconceituando o terceiro setor.** *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Organizations*, 27 (4), 1515-1545. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11266-016-9726-z>> Acesso em: 02 set 2021.
- TONDOLO, R. R. P.; TONDOLO, V. A. G.; CAMARGO, M. E.; SARQUIS, A. B. **Transparência no Terceiro Setor: Uma proposta de construto e mensuração.** *Espaços Públicos*, v. 19, n. 47, p. 7-25, 2016.
- VARGAS, S. I. **Governança nas entidades do terceiro setor: uma análise dos princípios de boa governança definidos pelo IBGC nas ONG's associadas à ABONG, sediadas nas regiões sul e sudeste do Brasil.** 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052008-122702/>>. Acesso em: 09 jun 2021.